

RACHEL APARECIDA BUENO DA SILVA

**O PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO REPUBLICANA
NA VISÃO DE EUCLIDES DA CUNHA**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Educação
Fevereiro/2004**

RACHEL APARECIDA BUENO DA SILVA

**O PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO REPUBLICANA
NA VISÃO DE EUCLIDES DA CUNHA**

Dissertação apresentada à comissão examinadora do Programa de Pós Graduação (Mestrado) da Faculdade de Educação da UNICAMP, como exigência para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Sérgio Eduardo Montes Castanho.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Educação
Fevereiro/2004**

© by Rachel Aparecida Bueno da Silva, 2004.

**Catálogo na Publicação elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Bibliotecária: Rosemary Passos - CRB-8ª/5751

Si38p Silva, Rachel Aparecida Bueno da.
O projeto de construção da nação republicana na visão de Euclides da
Cunha / Rachel Aparecida Bueno da Silva. -- Campinas, SP: [s.n.], 2004.

Orientador : Sérgio Eduardo Montes Castanho.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade
de Educação.

1. Cunha, Euclides da, 1866-1909. 2. Educação – História. 3. República –
Brasil. I. Castanho Sérgio Eduardo Montes. II. Universidade Estadual de
Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

04-047-BFE

RACHEL APARECIDA BUENO DA SILVA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**O PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO REPUBLICANA
NA VISÃO DE EUCLIDES DA CUNHA**

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Eduardo Montes Castanho

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida por Rachel Aparecida Bueno da Silva e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: ____/____/____

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Eduardo Montes Castanho

Membro: Prof. Dr. José Carlos Barreto de Santana

Membro: Prof^a. Dr^a. Heloísa Helena Pimenta Rocha

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Educação
Fevereiro/2004**

DEDICATÓRIA

À memória dos professores:

Dálvaro da Silva, Oswaldo Galotti e Roberto Ventura.

O primeiro conduziu-me às portas do euclidianismo, o segundo as abriu para mim e o terceiro encorajou-me a entrar.

Às duas metades de meu coração:

Meu filho João Victor e à sua infância pela compreensão a tantos momentos de ausência e distância durante a confecção desse trabalho.

Meu marido Jerônimo, amigo, companheiro, a minha eterna gratidão pelo incentivo, participação e cumplicidade sem os quais esse trabalho não teria sido possível.

À escola pública e seus heróis anônimos que diariamente lutam para que ela possa continuar existindo.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Prof. Dr. Sérgio Eduardo Montes Castanho pelo auxílio e orientação durante todo o processo de elaboração desse trabalho e pela compreensão nos momentos mais difíceis.

Com ele aprendi o real sentido da palavra MESTRE.

À Casa de Cultura Euclides da Cunha de São José do Rio Pardo - SP, desde seu diretor ao mais modesto funcionário, que sempre estiveram dispostos a colaborar com todos os pesquisadores que lá chegam em busca de seus sonhos.

À família de Euclides da Cunha, representada por Joel Bicalho Tostes, pela colaboração e amizade sempre presentes.

A todos os amigos euclidianos de hoje e de ontem, que de um modo ou de outro auxiliaram nessa pesquisa, sugerindo material, opinando ou fazendo correções.

À Prof^a Zuleika Canhos da Silva, viúva do Prof. Dálvaro da Silva, por confiar-me o material sobre Euclides da Cunha guardado ao longo da vida de seu marido.

Aos amigos Prof. Luiz Carlos Cappelano, Rosilene e Cássio da Silva pelas leituras, discussões e ajudas indispensáveis a esse trabalho.

Aos funcionários da biblioteca da Faculdade de Educação da Unicamp, representados pelos bibliotecários Rose e Gil pelo profissionalismo, respeito e entusiasmo com que recebem e colaboram com os pesquisadores.

Aos colegas da EMEF “Clotilde Barraquet von Zuben”, pelo apoio, incentivo e carinho.

Aos meus pais Joel e Vanda por sempre terem acreditado e lutado por seus filhos.

Aos meus irmãos Márcia Maria, Carlos Alberto e Cássio Luiz pelo incentivo, apoio e amizade.

A todos e todas muito obrigada

RESUMO

As transformações ocorridas no final do século XIX, marcaram o pensamento da intelectualidade brasileira nos mais diferentes aspectos.

O advento da República trouxe em seu bojo a idéia entre outras de construção da nação, através da participação política da população, do acesso a educação e na leitura de um determinado grupo de engenheiros através da construção da base física iniciando pelo interior do país.

Euclides da Cunha pertencendo a esse grupo de engenheiros militares foi um importante representante desse pensamento. Sua obra registrou a preocupação em integrar as populações interioranas, através da educação e de um projeto de modernização que incluía construção de pontes, estradas e escolas, no momento onde toda atenção, preocupação e valorização estavam voltadas para as populações do litoral, especialmente do Rio de Janeiro.

Sua preocupação foi com a integração da população do interior do Brasil abandonada ali, em suas palavras, há três séculos.

Para entender o pensamento e a obra de um intelectual tornou-se indispensável conhecer sua formação, assim como buscar entender o contexto onde se deu essa formação. No caso de Euclides da Cunha tivemos a Escola Militar do Rio de Janeiro, que recebeu as influências do pensamento cientificista e de correntes filosóficas entre as quais o Positivismo.

Uma breve observação do currículo desde o início de suas atividades no Brasil até o momento em que Euclides foi aluno, dessa que foi uma importante instituição de ensino, ajudou a compreender as opções e o trabalho desenvolvidos por homens entre os quais Euclides e seus contemporâneos, como o Marechal Cândido Rondon.

A própria cidade do Rio de Janeiro tornou-se um importante cenário dessa formação, capital do país na passagem do século XIX para o século XX, agregou importantes elementos econômicos, políticos e culturais que atuaram diretamente no pensamento da intelectualidade brasileira.

Toda essa influência na formação do pensamento de Euclides da Cunha ficou marcada em seu textos, que trazem a preocupação com a construção da nação republicana através da educação e dos investimentos na base física da nação que abrissem caminhos para o progresso e a modernização, principalmente das regiões interioranas.

Entretanto como tantos intelectuais e propagandistas republicanos de sua época Euclides se desencanta com os caminhos tomados pelo novo regime e percebe que um projeto de nação republicana não poderá ser posto em prática sem vontade política, principalmente quando o poder concentrava-se nas mãos das oligarquias rurais que não tinham como princípio olhar para o desenvolvimento e bem estar das camadas populares.

ABSTRACT

The transformations happened in the end of the century XIX, they marked the thought of the Brazilian intellectuality in the most different aspects.

The coming of the Republic brought in her heart the idea among another of construction of the nation, through the political participation of the population, of the access to the education and in the reading of a certain group of engineers through the construction of the physical base beginning for the countryside.

Euclides da Cunha belonging to that group of military engineers was an important representative of that thought. His work registered the concern in integrating the countryside populations, through the education and of a modernization project that included construction of bridges, highways and schools, in the moment where all attention, concern and valorization were gone back to the populations of the coast, especially of Rio de Janeiro.

His concern was with the integration of the population of the Brazil's countryside abandoned there, in his words, three centuries ago.

To understand the thought and an intellectual's work became indispensable to know his formation, as well as looking for to understand the context where earned that formation. In the case of Euclides da Cunha we had the Military School of Rio de Janeiro, that received the influences of the thought of scientists and of philosophical currents among the ones which the Positivism.

A little look at his curriculum from the beginning of their activities in Brazil until the moment in that Euclides was student, of that was an important teaching institution, it helped to understand the options and the work developed by men among the ones which Euclides and their contemporaries, as the Marshal Cândido Rondon.

The own city of Rio de Janeiro became an important scenery of that formation, capital of the country in the passage of the century XIX for the century XX, it added important elements economical, political and cultural that they acted directly in the thought of the Brazilian intellectuality.

That whole influence in the formation of the thought of Euclides da Cunha was marked in his texts, which bring the concern with the construction of the republican nation through the education and of the investments in the physical base of the nation that they made ways for the progress and the modernization, mainly of the countryside areas.

However as so many intellectuals and propagandist republicans of his time Euclides is disappointed with the roads taken by the new regime and he notices that a project of republican nation cannot be put into practice without political will, mainly when the power concentrated on the hands of the rural oligarchies that they didn't have as beginning to look for the development and well to be of the popular layers.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO		1
	1- Euclides da Cunha e o projeto de construção da nação republicana	3
	2- Questões levantadas	9
	3- Ordenação do projeto	11
CAPÍTULO I	A escola militar e sua responsabilidade na formação do pensamento de Euclides da Cunha	13
CAPÍTULO II	O Brasil do fim do século XIX e início do século XX	45
CAPÍTULO III	O projeto de construção da nação republicana	73
	3.1 – Educação: a base da nação	73
	3.2 - A construção da base física da nação	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS		97
REFERÊNCIAS		109
ANEXO 1	Fé de Ofício (transcrição)	115
ANEXO 2	Fé de Ofício (manuscrito)	119

INTRODUÇÃO

Ao terminar uma dissertação de mestrado a única e definitiva certeza que se pode ter é que sua conclusão não se fecha com seu término.

Realmente não era essa a intenção ao iniciá-la: chegar a uma conclusão definitiva, mas provocar novas indagações e dúvidas sobre algumas questões levantadas esperando com isso a abertura de novas discussões e a continuidade das pesquisas sobre **O projeto de construção da nação republicana na visão de Euclides da Cunha.**

O período estudado neste trabalho compreende os últimos anos do século XIX e os primeiros do século XX: a Primeira República, onde o país foi assolado por transformações econômicas, políticas, sociais e culturais. Transformações que afetaram em cheio a vida da nação brasileira.

O ideário republicano trazia em seu bojo os princípios de igualdade e de oportunidade a todos e dentro desse pensamento a educação se fazia presente: "[...] A educação, naquele quadro, era um detalhe presente nos discursos dos liberais, dos positivistas e dos republicanos. Na prática, porém, desde o 1º. Império o governo central se desresponsabilizara da educação elementar" (SANFELICE, 1996, p. 4).

Na última Fala do Trono, em 3 de maio de 1889, o Imperador D. Pedro II discursou em defesa da criação do Ministério da Instrução e da organização do sistema nacional de instrução, como uma das tentativas de salvar o tão debilitado reinado (CARTOLANO, 1994).

Como mostraram os autores acima, a educação aparecia nos discursos, porém na prática quase nada foi feito. Este fato não é privilégio do passado, já que hoje também a educação, junto a outras políticas públicas, aparece nos discursos em defesa da cidadania, principalmente para atender a interesses políticos, com finalidade eleitoreira.

Os discursos em defesa da educação ganharam forças com o advento da República e com as novas exigências do desenvolvimento urbano-comercial. Intelectuais e propagandistas do novo regime passaram a ser os grandes porta-vozes dessa nova necessidade que se impunha à nação, entre eles Euclides da Cunha.

Para compreender a formação de seu pensamento e sua trajetória desde a Escola Militar até seus últimos trabalhos fizemos a opção por observá-lo inserido no contexto em que vivia, procurando apontar as contradições da sociedade naquele momento e as suas próprias contradições, evidenciadas em seus artigos para jornais e em sua correspondência pessoal.

Procuramos também ter o cuidado para não inserir o objeto de estudo numa cadeia lógica de causa e efeito, provocada pela apresentação dos fatos sucessivamente. Entretanto diversas vezes encontraremos fatos seqüenciais dispostos dessa forma para melhor compreensão.

Outro importante fato a considerar é o cuidado de não explicar o objeto de estudo pela sua ação individual, mas sempre inserido num tempo, num espaço e nas relações dialéticas que ajudaram a organizar a sociedade e as condições materiais onde ele estava inserido.

Relações que ficam claras através de reflexões como a exploração da classe trabalhadora, mostrada no artigo publicado em *O Estado de São Paulo* em 1º. de maio de 1904 com o título de *Um velho problema*:

A fonte única da produção e do seu corolário imediato, o valor, é o trabalho. Nem a terra, nem as máquinas, nem o capital, ainda coligados, as produzem sem o braço do operário. Daí uma conclusão irreduzível: - a riqueza produzida deve pertencer toda aos que trabalham. É um conceito dedutivo: o capital é uma espoliação.

[...] A exploração capitalista é assombrosamente clara, colocando o trabalhador num nível inferior ao da máquina (CUNHA, 1966c, v.1, p.194).

1 – Euclides da Cunha e o projeto de construção da nação republicana

Nascido na segunda metade do século XIX e tendo recebido fortes influências do pensamento cientificista que dominava o final desse século e início do século XX, Euclides da Cunha destacou-se da maioria dos escritores, contemporâneos seus, por sua postura diante da ciência e da arte, por uma literatura chamada engajada.

Iniciou em 1885 o curso de engenharia civil, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, entretanto por ser um jovem com poucos recursos financeiros permaneceu ali pouco tempo, transferindo-se para a Escola Militar em 1886, de onde sairia após alguns contratempos formado engenheiro militar, como mostrado por Sodré (1966):

Em 1885 estava na Escola Central¹, mas em 1886 assentava praça na Escola Militar. Do ponto de vista do estudo, não havia grandes diferenças entre as duas - a base de ambas eram as Matemáticas. Do ponto de vista de classe, entretanto, havia diferenças importantes e é preciso considerar que, provavelmente, o que o levou a fazer-se engenheiro militar, em vez de engenheiro civil, foi a falta de recursos. (v.2, p.15).

No período que estudou na Escola Militar Euclides entrou em contato com o ideário de modernização e participação pública, foi aluno de mestres republicanos, como Benjamim Constant (1836-1891), que exerceu grande influência na formação dos alunos da Escola Militar como nos alunos da Escola Politécnica, onde também lecionou. Foi a Escola Militar que o ajudou na construção da crença de que a República era a forma mais elevada de civilização que uma sociedade poderia atingir.

Tais pensamentos ficaram evidentes, quando na Escola Militar o cadete Euclides já esboçava alguns ensaios literários colaborando com trabalhos em verso e prosa para revistas da própria escola. Atividade que desenvolveu e o ajudou a se manter quando foi expulso da Escola por indisciplina, na ocasião da visita do Ministro da Guerra Tomás Coelho, em 1888, quando o cadete jogou aos pés do Ministro seu sabre, após tentar quebrá-lo.

Após a baixa no exército, deixou o Rio de Janeiro em direção a São Paulo e lá escreveu seu primeiro artigo para um jovem jornal republicano, fundado em 1875, A

¹ A Escola Central dividia com a Escola da Praia Vermelha alguns cursos voltados à formação do militar, porém em 1874 deixou de ser Escola Central e passou a ser Escola Politécnica, não estando mais ligada a formação dos engenheiros militares, mas só de engenheiros civis. Euclides da Cunha iniciou seu curso na Escola Politécnica em 1885, quando esta já não era mais chamada de Escola Central, portanto há um equívoco na informação de Nelson Werneck Sodré quanto ao nome da escola. Maiores esclarecimentos sobre essa questão poderão ser encontradas no cap. I desse trabalho.

Província de São Paulo, que após novembro de 1889 passou a ser chamado *O Estado de São Paulo*.

Com a Proclamação da República (1889), Euclides da Cunha foi reintegrado a Escola Militar do Rio de Janeiro, tendo antes disso novamente outra breve passagem pela Escola Politécnica. Euclides passou a ser inúmeras vezes apontado e admirado pelo seu ato, que deixou de ser de insubordinação para assumir a conotação de um ato de coragem em defesa da República.

Terminando o curso passou a exercer a profissão de engenheiro militar, que nesse momento representava um importante papel na construção da nação republicana, o papel da modernização.

Junto a seu nome encontramos outros ligados a essa cruzada em prol da modernidade, seus contemporâneos na Escola Militar, como Cândido Mariano da Silva Rondon, que durante muito tempo dedicou-se à atividade de instalação de linhas telegráficas pelo interior do Brasil.

Esses jovens engenheiros, oriundos da Escola Militar, tinham por princípio a política do mérito, contrariando a política das elites dominantes, que era o da *sociedade de corte*. Esse pensamento e essa postura eram contribuições essenciais na construção de uma sociedade que se propunha à modernidade. Lembrando que o ideário republicano trazia em seu cerne os princípios de igualdade a todos.

Mesmo depois de ter retornado às fileiras do exército Euclides escreveu alguns artigos para jornais, dessa forma fazendo um esboço de qual era sua real vocação. E em julho de 1896 abandonou definitivamente a carreira militar, passando a

dedicar-se só a sua "engenharia errante", nas suas próprias palavras e, em setembro do mesmo ano foi nomeado engenheiro da Superintendência de Obras Públicas em São Paulo.

Nesse período conhecido como a *Belle Époque*, a cidade do Rio de Janeiro, então capital do país, passava por significativas transformações que ficaram conhecidas como Regeneração e objetivavam alinhar o país ao que havia de mais moderno na Europa. Tais mudanças compreendiam desde transformações urbanísticas, a higienização da cidade e a mudança de comportamentos e costumes tidos como retrógrados.

No ano de 1897, por ocasião da Guerra de Canudos Euclides escreveu dois artigos para o jornal *O Estado de São Paulo*, intitulados "A Nossa Vendéia", onde identificava o movimento sertanejo do interior da Bahia com o movimento contra a Revolução de 1789 ocorrida em Vendée, na França, acreditando tratar-se de uma tentativa de restauração monárquica.

Explicações para o sucesso da resistência canudense e sucessivos fracassos das forças do governo pairavam na explicação dada por diferentes jornais republicanos, de que Antônio Conselheiro recebia ajuda de monarquistas brasileiros e de outros países, com o claro objetivo de derrubar a República.

Os artigos "A Nossa Vendéia" (I e II) publicados em 14 de março e, em 17 de julho de 1897 valeram a Euclides da Cunha o convite por parte do jornal para que atuasse como correspondente de guerra.

Voltando do sertão e terminada a guerra, Euclides retomou seu trabalho como engenheiro e em 1898 foi enviado à cidade de São José do Rio Pardo, interior de São Paulo, onde residiu com a família até 1901. Sua ida a São José teve como principal finalidade a reconstrução de uma ponte de fundamental importância para o escoamento da produção cafeeira do sul de Minas Gerais e daquela região paulista ao porto de Santos, pela ferrovia e, lá se tem notícia da confecção de parte de um livro, onde ele falava sobre a Guerra de Canudos.

O livro que foi publicado em 1902 deveria ter tido como título "A Nossa Vendéia", porém a Campanha de Canudos deixava de ser o assunto principal para dar lugar a um trabalho científico sobre o sertão brasileiro: sua população e o meio físico em que vivia. Também o autor volta de Canudos convencido de que lá não havia nenhum movimento monarquista, dessa forma não mais se justificava comparar Canudos a Vendéia.

O autor lançou mão de toda formação científica adquirida na Escola Militar para aprofundar seus estudos sobre o Brasil e como engenheiro adentrou o interior do país para construir obras que levariam as cidades à modernização.

A construção de uma identidade nacional pelo interior, onde o estudo das características físicas do território deveria ser o ponto de partida, seguida pelo trabalho de modernização das cidades interioranas, fazia parte de seu projeto de construção da nação.

Para Euclides esse trabalho deveria acontecer através da construção de pontes, saneamento, iluminação, redes de comunicação, no interior, onde encontrava-se,

segundo ele, a essência da nacionalidade. Porém para um homem com as fortes influências científicas do início do século XX, essa proposta só seria concretizada se acompanhada do trabalho de incorporação da população "bárbara" através da educação.

Em diferentes textos explicitou essa idéia ao fazer referências ao trabalho do mestre-escola, como um importante elemento transformador do pensamento dessa população e da sua relação com a sociedade litorânea. Para Euclides esse agente seria capaz de integrar a população do interior do Brasil, que se encontrava com três séculos de atraso, em relação ao restante do país.

A proposta de projeto de construção da nação, segundo esse modelo encontrou eco em intelectuais como Silvio Romero, que acreditava na construção da nação baseada em valores e progresso da civilização, mas com suas próprias alternativas, sem copiar modelos europeus.

O autor d' *Os Sertões*, que não fazia parte das rodas literárias da rua do Ouvidor, venceu a crítica e consagrou-se por seu próprio mérito, segundo apontam os críticos da época, por ter conseguido a conjugação perfeita entre ciência e arte, por ter percebido que o verdadeiro Brasil estava no interior.

A trajetória de Euclides da Cunha deixou claro que o projeto de construção da nação, segundo nossa interpretação, nasceu a partir de sua formação científica adquirida principalmente nos anos que esteve na Escola Militar. E esse projeto de nação estava voltado para o interior do país, ou seja, construir uma identidade nacional, através da modernização das cidades e da inclusão do mestre-escola nesse movimento.

Acreditava na educação como sendo capaz de integrar os nossos "rudes patricios" e buscou para si no magistério uma função mais tranqüila, nobilitadora e fecunda para passar a vida, como ele mesmo dizia. Não conseguiu, morreu quando iniciava um novo trabalho junto ao Colégio Pedro II, então Ginásio Nacional. Também não viu realizado aquilo que acreditava ser o projeto de construção da nação republicana, frustrou-se com os homens da República, como a maioria dos propagandistas da nova forma de governo, mas deixou em sua obra o registro desse ideal, através de vários estudos pelo interior do Brasil e sobre o Brasil.

E foi em sua obra que buscamos conhecer e entender sua idéia de projeto de nação, já que Euclides da Cunha não o construiu de forma sistemática e organizada.

A opção escolhida foi a análise de seus textos e a interpretação de estudiosos que dedicaram-se aos chamados estudos euclidianos, principalmente no que se refere a sua vida, na tentativa de deprendermos de seus escritos o que acreditamos ser o seu projeto de construção da nação republicana.

2 – Questões levantadas

Baseadas em contribuições de diversos autores que ajudaram a desenhar o panorama político, social e cultural do período estudado, as questões mais relevantes deste projeto foram justamente procurar conhecer e entender na visão de Euclides da Cunha:

- a) Qual seu projeto de construção para a nação republicana?
- b) Onde ficaram registrados esses pensamentos?

c) Como colocar em prática tais projetos?

Colocadas tais questões a utilização da obra euclidiana se fez a principal fonte de pesquisa, principalmente os artigos publicados na imprensa diária, único veículo de comunicação de ampla penetração no período.

Bastante valioso pareceu-nos também a utilização de trechos da obra de Lima Barreto, autor contemporâneo de Euclides que contrariamente a ele desde o início foi um contundente crítico da República. Para ele a República era a fonte de todos os infortúnios que acometeram a nação e o Barão do Rio Branco responsável pelo espírito da Regeneração e preconceitos contra os mulatos.

O uso da literatura tem se constituído em interessante recurso para a pesquisa histórica como mostrado por Xavier (2002):

[...] a literatura pode ser tomada, tal como hoje se faz com a chamada história oral, a despeito de sua "parcialidade" ou "subjetividade", como um documento vivo de sua época. É a fala de um grupo determinado que busca, na ficção, reproduzir a fala daqueles com quem interage, na recriação de um cotidiano partilhado socialmente, cujas contradições eclodem, no texto literário, na forma de "ambigüidades" do tipo denúncia/acomodação, feminismo/misoginia, nacionalismo/colonialismo, populismo/elitismo e outras. (p.13)

Tanto Euclides como Lima Barreto denunciavam a frivolidade que acompanhava a euforia da Regeneração e a degeneração cultural que invadiu a República, eram contra a “mania de fachadas”, o *smartismo*, jacobinismo, florianismo e a intervenção dos militares na política e a qualquer tipo de violência no interior da sociedade. Suas obras sempre foram carregadas de conteúdo histórico e postura crítica e como aponta Xavier (2002) “[...] na obra, ficcional, não encontramos apenas a visão do

autor e/ou de sua classe sobre os problemas do seu tempo, mas as dos atores sociais representados pelas suas personagens." (p. 13)

A utilização de *Triste fim de Policarpo Quaresma*, um romance consagrado pela literatura brasileira serviu-nos perfeitamente como crônica da época, além de trazer para o trabalho um tom mais ameno à leitura, procurando valorizar esse importante recurso.

3 – Ordenação do projeto

O trabalho está buscando conhecer o projeto de construção da nação republicana de Euclides da Cunha, para isso foi dividido em três capítulos .

O primeiro capítulo trata da Escola Militar onde procuramos observar um pouco do seu currículo e sua história desde a fundação em 1810, até o período em que Euclides foi aluno, assim como a influência positivista e de mestres como Benjamim Constant.

Procuramos analisá-la dentro da sociedade em que se encontrava inserida, assim como a situação do Exército de um modo geral no século XIX e a influência sobre os jovens cadetes no movimento político e social do país, mas principalmente Euclides da Cunha e seus primeiros escritos.

No segundo capítulo nos detivemos em analisar um pouco o cenário dos maiores acontecimentos do país, a cidade do Rio de Janeiro durante a *Belle Époque*, no momento da formação do pensamento de Euclides.

O terceiro capítulo foi dedicado um pouco mais a análise dos textos de Euclides da Cunha, onde já aparece esboçado seu pensamento de construção da nação republicana, através da educação e da construção da base física da nação, principalmente por intermédio das obras que trouxessem ao país o progresso e a modernização às regiões do interior do país.

Finalmente nas considerações finais procuramos responder as questões levantadas nesse trabalho observando seus desencantos com o novo regime e com os homens de seu tempo.

CAPÍTULO I

A ESCOLA MILITAR E SUA RESPONSABILIDADE NA FORMAÇÃO DO PENSAMENTO DE EUCLIDES DA CUNHA

A nossa Escola Militar tem todos os elementos para fazer sábios; poucos, porém, para formar oficiais.

Manoel Felizardo de Souza Mello

Euclides Rodrigues da Cunha nasceu em 20 de janeiro de 1866, na Fazenda Saudade, no Município de Cantagalo, no Rio de Janeiro, em plena sociedade imperial.

Filho de Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha e Eudóxia Moreira da Cunha, foi o primogênito de uma família pertencente a camada média da população. O pai exercia a profissão de guarda-livros nas fazendas de café localizadas no Vale do Paraíba do Sul e o avô paterno era um português cuja principal atividade foi o tráfico de escravos. Sua mãe era filha de um pequeno proprietário na região de Cantagalo, que com o casamento herdou junto com o marido uma pequena propriedade.

Os primeiros anos da vida de Euclides foram marcados por perdas e pela falta de um lar fixo.

Aos três anos de idade a tuberculose vitimou sua mãe, que além do menino deixou também uma menina, Adélia, de dois anos de idade.

Entregue a uma tia materna, Rosinda Gouveia, viveu em Teresópolis aproximadamente um ano até o falecimento dessa tia, sendo depois, entregue aos cuidados de outra tia materna, Laura Garcez, onde foi viver junto com a irmã, em uma fazenda em São Fidélis, no Rio de Janeiro.

Euclides e Adélia passaram a conviver com mais dois primos, filhos do casal Garcez, que decidiu depois de alguns anos mudar-se para a cidade de São Fidélis para que as crianças pudessem estudar.

Segundo Gicovate (1979), São Fidélis, em 1874, apresentava um interessante desenvolvimento: "cidade que se debruça sobre o rio Paraíba, com seu porto fluvial, seu clube, sua biblioteca e sua imprensa. Como as demais cidades da zona cafeeira, era um centro comercial e tinha animada vida social." (p.12)

Certamente esse desenvolvimento cultural ajudou a proporcionar as condições favoráveis à formação inicial de Euclides da Cunha, que principiou no colégio do Professor Francisco José Caldeira da Silva seguindo em 1877 foi para o Colégio Carneiro Ribeiro, na Bahia e retornando ao Rio de Janeiro, por volta de 1879, onde cursou o Colégio Anglo-Americano, indo concluir o curso de humanidades no afamado Colégio Aquino, onde teve seu primeiro contato com o mestre Benjamim Constant, que futuramente teria papel importante na formação de seu pensamento republicano.

Devemos evidenciar que na época imperial a instrução pública ainda engatinhava. Embora a Constituição de 1824 colocasse da obrigação do Estado em prover a instrução primária, havia poucas escolas, quase todas concentradas no Rio de Janeiro. Como coloca Schwarcz (1999), a formação escolar das elites era bastante previsível:

A própria vida escolar da elite brasileira era bastante previsível. Famílias de mais recursos contratavam tutores particulares, que preparavam seus pupilos para a entrada em liceus, como o do Botafogo para as meninas e o Atheneu e o Vitória para os meninos, ou, de preferência, no Colégio Pedro II, o qual, criado em 1837, era o caminho certo para os almeçados cursos jurídicos e já garantia um diploma de bacharel em letras. A partir daí o destino era ou a Europa ou os quatro cursos de direito e de medicina, este último no Rio de Janeiro ou na Bahia. (p.119)

Ainda realizando uma leitura da obra de Schwarcz (1999), não podemos deixar de nos ater a duas questões, que de certa forma se confrontam no tocante à instrução pública durante o império: se existia o interesse pessoal de D. Pedro II pela educação (demonstrado inclusive nas Falas do Trono²), ao mesmo tempo, há o fato de que o sistema de governo era parlamentar e inexistia uma centralização e concentração absoluta de poder. Os primeiros republicanos – e mesmo a maior parte dos autores que estudam a transição do Império para a República – aludem a uma centralização política e um poder de decisão pessoal do monarca, expresso pela prerrogativa do uso do poder moderador, o qual é bastante relativo: não existiu uma constância na utilização das prerrogativas do trono e, no auge do império, o imperador foi bastante parcimonioso na utilização de seus poderes constitucionais.

² A *Fala do trono* era o discurso, com o qual o imperador em exercício abria no início do ano a primeira sessão solene dos trabalhos parlamentares e, do término dos mesmos ao final do ano.

Na verdade, passados mais de 100 anos da Proclamação da República, podemos nos questionar o quanto de ideológico existia nas colocações dos primeiros republicanos, imbuídos que estavam da vontade de consolidar um regime recém inaugurado e prover a devida justificativa teórica para a mudança da forma e do sistema de governo: de monárquico para republicano e de parlamentar para presidencialista.

Quanto ao interesse do monarca pela educação, a autora coloca:

Interessado na educação, o imperador freqüentava concursos nas escolas de Medicina, Politécnica, Militar e Naval. Isso sem falar do Colégio Pedro II, a grande predileção do monarca.

[...] era d. Pedro quem, em carta a José Bonifácio, o Moço, orgulhava-se de dizer: "Eu só governo duas coisas no Brasil: a minha casa e o Colégio Pedro II."

[...] esse colégio, o único que de certa forma, escapava ao ensino excessivamente livresco, anticientífico e pouco abrangente da época. Com efeito, apesar de obrigatória, a instrução primária era insuficiente: as escolas, poucas, estavam quase todas centralizadas na corte.

O monarca parecia, porém, desconhecer essa realidade e concentrar-se, sobretudo, no "seu colégio", como costumava dizer, onde assistia a provas, selecionava professores e conferia médias. Em seu diário escreveria d. Pedro II: "Se não fosse imperador do Brasil quisera ser mestre-escola", uma opção que condizia, ao menos, com a representação que mais e mais se divulgava. (SCHWARCZ, 1999, p.150-151)

E quanto à questão da inexistência de uma centralização absoluta de poder nas mãos do monarca é colocado:

[...] não se pode acreditar na idéia da centralidade absoluta do Estado e do imperador. Na verdade, a maior parte das grandes decisões da política nacional eram tomadas pelos representantes do Executivo e do Legislativo, além dos Conselheiros de Estado, ministros, senadores e deputados.

[...] Em 1847, com a introdução da figura do presidente do Conselho, d. Pedro II passou apenas a indicar o presidente, que, por sua vez, nomeava os demais. (SCHWARCZ, 1999, p. 119)

E ainda:

[...] No Império dos bacharéis a política escapou-lhe das mãos e restavam-lhe, nesse momento, os troféus que a Coroa concedia. Como disse Holanda,

o império dos fazendeiros [...] só começa com a queda do Império. (SCHWARCZ 1999, p.193)

No ano de 1885 Euclides da Cunha prestou exames e iniciou o curso de engenharia na escola Politécnica do Rio de Janeiro, porém abandonou o curso, provavelmente por dificuldades financeiras, ingressando em 1886 na Escola Militar onde deu continuidade aos seus estudos com a intenção de formar-se engenheiro, como pode ser constatado em sua Fé de ofício, documento em anexo no fim desse trabalho.

O curso de engenharia da Escola Militar era freqüentado pelos jovens oriundos das camadas médias da população, aqueles que não possuíam grandes recursos para custear as despesas com os estudos na escola Politécnica, ou os cursos de Direito em Olinda ou São Paulo e Medicina no Rio de Janeiro e Bahia, preferidos pelos filhos das famílias ricas. Esses jovens além de não pagarem as despesas de seus estudos, recebiam ainda, além de alojamento, parte dos uniformes, alimentação e um soldo.

Foi na Escola Militar que Euclides entrou em contato com o ideário de modernização e de participação pública, assim como com o pensamento de mestres republicanos, e reencontrou Benjamim Constant, que exerceu grande influência em sua formação, ajudando-o a construir a crença de que a República era a forma mais elevada de civilização que uma sociedade poderia atingir.

Embora os propagandistas do novo regime reforçassem essa crença através do ideário republicano, como a de maior participação política e difusão da educação pública gratuita, esse discurso não era novo.

Na Fala do Trono de 1º. de fevereiro de 1877, a Princesa Isabel referiu-se a educação como "grande elemento de civilização", embora a atenção fosse voltada para as escolas de 2º. grau e não às de instrução elementar.

A instrução pública continua a merecer do governo a maior solicitude. Foram criadas no município da corte escolas de segundo grau, e as normais, destinadas a preparar professores para o ensino primário de ambos os sexos, terão de ser brevemente inauguradas. Nas províncias este ramo de serviço apresenta sensível progresso, limitado, porém pela falta de meios de que podem dispor. Se os melhoramentos materiais por elas empreendidas têm recebido vosso auxílio, justificada será qualquer despesa que autorizeis para coadjuvar esse grande elemento de civilização.(FALAS..., 1977, p. 438)

Euclides e a geração que se formou no final do século XIX encontrou na Revolução Francesa o molde para a substituição do velho regime com suas bases principalmente monarquista e escravocrata. E o próprio exército com toda sua formação positivista acreditava ser capaz de realizar a "Revolução Francesa Brasileira". (GALVÃO, 1981, p. 85)

Fundada na França, por Auguste Comte (1789-1857), em meados do século XIX, essa corrente filosófica, o Positivismo, baseava-se nas ciências e no progresso tecnológico, como define Abrão (1999):

Movido pelo otimismo que decorre da crença no progresso tecnológico, o positivismo desenvolveu um gigantesco esforço para tornar o homem consciente de seu destino histórico, profundamente comprometido com a vocação tecnocientífica do mundo moderno. Nesse sentido, Comte representa a sobrevivência e a afirmação do ideal iluminista adaptado à era industrial.

[...] Ciência e filosofia, para Comte, são como uma espécie de sacerdócio, de apostolado da razão, cujo objetivo é a redenção da humanidade. Essa idéia levou-o a instituir, no final da carreira, a Religião da Humanidade. Culto à razão, com rituais e calendário próprios, ela venera os grandes personagens do progresso humano. (p. 397)

Tendo como lema: "O amor por princípio, a Ordem por base, o Progresso por fim", o positivismo encontrou ambiente fértil na Escola Militar do Rio de Janeiro, como mostra Abrão (1999):

O positivismo difunde-se, no Brasil, na segunda metade do século XIX, tendo como núcleo inicial a Escola Militar do Rio de Janeiro. Ali, sob a influência de professores comtianos como Benjamin Constant (1836-1891), há um clima cientificista e anticlerical. Pereira Barreto (1840-1923) é um desses positivistas, para quem a monarquia brasileira, associada à Igreja e baseada em instituições arcaicas como a escravidão, é um entrave para o progresso. É preciso então criar um "Estado racional", de "ordem e progresso" - lema que seria estampado na bandeira nacional, instituída em 1889, com a Proclamação da República. (p. 467)

Logo após seu desligamento da Escola Militar, Euclides da Cunha escreveu dois artigos, sob o título genérico de "*Questões sociais*", para o jornal *A Província de São Paulo*, que após a Proclamação da República passou a ser chamado de *O Estado de São Paulo*, demonstrando sua simpatia pelo pensamento positivista e a sua filiação ao movimento republicano.

O primeiro texto foi publicado em 29 de dezembro de 1888 como consta em Cunha (1966m):

[...] A democracia é, pois como uma teoria científica inteiramente desenvolvida, simboliza uma conquista da inteligência, que atingiu na Sociologia, depois de se ter avigorado pela observação metódica da vasta escala da fenomenalidade inferior; síntese final de todas as energias racionais [...]

[...] de fato ninguém deve fugir à ação de seu tempo e se a democracia é a forma de governo mais em harmonia com ele – é claro que lutamos pela sua realização, equivale a lutarmos para que se complete o nosso título de cidadãos – porque ela é, de fato, o complemento moral da Pátria.

[...] impelido pelas tradições de sua terra – repletas de um majestoso rumor revolucionário – cheia da encantadora magia dos mais belos exemplos, desde o estoicismo heróico de Tiradentes à heróica abnegação de Nunes Machado – o republicano brasileiro deve ser forçosamente revolucionário. (v.1,p. 546.)

E o segundo em 4 de janeiro de 1889, o qual reforça essa idéia:

[...] Pascal – numa alegoria admirável – em que exprime brilhantemente a lei da continuidade dos esforços humanos – sintetiza a humanidade num indivíduo secular, enorme, eterno – que irrompe através dos séculos e cuja existência se prolonga pela extensão indefinida das idades. (CUNHA, 1966m, v. 1, p. 546 – 547)

Quanto a sua simpatia pelo positivismo e o fato deste ter sido o norte da sua formação acadêmica, Euclides da Cunha será ainda mais explícito, após a proclamação da República.

Como demonstra Cunha (1966e), nos textos escritos no período de 29 de março a 6 de julho de 1892 sob o título de “*Dia a dia*”, para o jornal *O Estado de São Paulo*. No texto de 29 de junho lê-se a defesa deste movimento filosófico, ainda que afirme a não filiação ao mesmo, naquele momento:

É velha entre nós a campanha contra o positivismo. Se houvéssemos a intenção de enumerar, entre as coisas profundamente tristes destes tempos, tudo o que se tem escrito acerca da nova filosofia, certo esquisariamos uma coréia fantástica, feita de toda uma imensa agitação, todo um incoerente tripudiar de filósofos desocupados, de clérigos iracundos e cronistas trocistas.[...]

[...] Está bem visto que não nos propomos, por demasiado frágeis, à empresa de terçar armas pela religião positivista, á qual não pertencemos, porque, neste iniciar da vida, um ideal filosófico nos é ainda uma aspiração, destinada a realizar-se mais tarde e definindo a altitude máxima da consciência, surgindo de um amplo conhecimento do mundo. [...]

[...] Temos, entretanto pelo genial instituidor da Filosofia Positivista, à luz da qual estudamos, admiração bastante para que nos seja difícil sofrer o espanto ante a maneira pela qual o impugnam, maneira que não se traduz por um combate, franco e desassombrado, mas que é como um apedrejamento.

[...] Por uma circunstância notável, a serenidade imperturbável e até certo ponto altiva, do pequeno grupo de positivistas, contrasta visivelmente com todo o açodamento impugnador.

[...] A biografia de Benjamin Constant, por Teixeira Mendes, livro em que se reflete admiravelmente a alma diamantina do fundador da República, exemplifica o que dissemos.

Enquanto acirradamente o imprecavam, através das doutrinas que adota, esse moço ilustre, perfeitamente incompreendido pela massa geral dos seus contemporâneos e que guarda um grande e obstinado silêncio ante todos os ataques – reconstruía, lenta e conscienciosamente, em toda a sua grandeza, a individualidade talvez a mais pura da nossa História. (v.1,p. 620 – 621)

Para compreender a formação intelectual de Euclides da Cunha se faz necessário compreender a criação e o ideário da Escola Militar, assim como a ideologia que rondava a educação superior no Brasil, como aponta Abreu (1998):

A educação superior era o poderoso elemento de unificação ideológica da política imperial. Quase toda elite possuía estudos superiores, enquanto a maior parte da população era analfabeta. Essa educação superior da elite concentrava-se na formação jurídica e fornecia em conseqüência um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades. Data de 1827, ainda durante o Primeiro Reinado, a criação de dois cursos de direito no país, um na cidade de São Paulo e outro na cidade de Olinda (que seria transferido em 1854 para Recife). Esses dois cursos visavam a formar a elite política nacional, criados estrategicamente para concentrar a população do norte e a do sul do país. Durante o período da Regência foram criadas as Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia (3/10/1832) e a Escola de Farmácia em Ouro Preto (1839), além de importante instituição científica, que seria responsável durante os anos posteriores, em especial durante o Segundo Império, pelas primeiras redações de História do Brasil, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (21/10/1838). (p. 49)

Embora os cursos de Direito estivessem voltados a atender as camadas ricas da população, a Escola Militar antecede sua fundação.

Criada por D. João VI, por ocasião da chegada da família real ao Brasil, a Real Academia Militar tinha por objetivo a formação de oficiais e engenheiros que se dedicassem a edificação de pontes, estradas, portos.

A criação da Real Academia Militar, sob a responsabilidade de D. Rodrigo de Sousa e Coutinho, ministro da Guerra e estrangeiros, através da Carta Lei de 4 de dezembro de 1810, foi uma das medidas tomadas por D. João VI, junto com a criação da Imprensa Régia, da Real Academia da Marinha, da Biblioteca Real, do Jardim Botânico e a abertura dos portos, para colocar o Brasil na rota de um projeto civilizatório.

Devemos ressaltar que, neste dado momento histórico, havia um grande interesse dos países industrializados, especialmente a Inglaterra, em estar comercializando diretamente com as ex-colônias e que as medidas tomadas por D. João VI inserem-se num panorama mais amplo que estava acontecendo em âmbito mundial, ou seja, o avanço do capitalismo.

Tais medidas entre outras também se faziam necessárias para dar suporte a instalação da corte e do aparato estatal português no Brasil.

A Academia Militar inicia sua história no Brasil com quatro armas: engenharia militar, artilharia, cavalaria e infantaria, sendo as duas primeiras chamadas de científicas ou técnicas, pois tinham um currículo obrigatório de sete anos, como podemos observar em Motta (1976):

Pelo Estatuto de 1810, o currículo da Academia estendia-se por sete anos, assim:

- 1º. ano - Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria e Desenho.
- 2º. ano - Álgebra, Geometria, Geometria Analítica (com a designação de "aplicações da Álgebra à Geometria"), Cálculo Diferencial e Integral, Geometria Descritiva e Desenho.
- 3º. ano - Mecânica, Balística e Desenho.
- 4º. ano - Trigonometria Esférica, Física, Astronomia, Geodésia, Geografia Geral e Desenho.
- 5º. ano - 1) Tática, Estratégia, Castrametação, Fortificação de campanha e reconhecimento do terreno; 2) Química.
- 6º. ano - 1) Fortificação regular e irregular, ataque e defesa de praças, Arquitetura civil, Estradas, Portos e anais. 2) Mineralogia e Desenho.
- 7º. ano - 1) Artilharia, Minas; 2) História Natural. (p.19)

As outras duas armas, cavalaria e infantaria, podiam formar seus homens em apenas dois anos, pois suas disciplinas obrigatórias encontravam-se no primeiro e no quinto ano.

Muitas foram as críticas sobre a organização do currículo da Real Academia Militar, que firmava-se na colônia muito mais como centro de estudos do que propriamente como uma escola preocupada com a formação de oficiais e com a defesa do país. O seu estatuto privilegiava a parte teórica em detrimento da parte prática.

Não foram previstos itens considerados importantes à formação do militar como: uniformes, formaturas, símbolos bélicos, rigor disciplinar e o considerado indispensável para a formação de uma identidade com a vida do quartel: o regime de internato.

Outro item que chama a atenção na formação da Escola Militar no Brasil é que ela não possuía um comandante, como qualquer instituição militar exige, sendo dirigida por uma congregação do corpo docente, uma espécie de colegiado.

O Largo de São Francisco foi o destino da sede da Academia, porém os exercícios eram praticados na Fortaleza da Praia Vermelha e para ingressar na escola era exigido do aluno que soubesse ler, escrever e contar e a idade mínima deveria ser de 15 anos.

Embora o quadro dos primeiros professores da escola fosse composto por portugueses, os livros e o modelo de ensino adotados eram franceses.

O estatuto da Academia previa que os professores deveriam redigir compêndios das matérias de suas disciplinas para seus alunos, mas enquanto esses não eram redigidos ficava determinado o uso dos seguintes autores como nos mostra Motta (1976):

[...] baseado na Aritmética e na Álgebra de Lacroix e na Geometria e Trigonometria de Legendre [...]

[...] Cálculo Diferencial e Integral de Lacroix, e da Geometria Descritiva daria o essencial da obra de Monge [...]

[...] as lições de Mecânica seriam calcadas na obra de Francoeur e, para as aplicações práticas, o lente se valeria, também, dos livros de Prony, Bossuet, Fabre, Gregory, Bezout e Robins [...]

[...] Dois livros serviriam de base ao programa de Física, o de Hauy e o de Brisson [...] Para a Química, o Estatuto indicava os livros de Lavoisier, Vauquelin, Fourerici, Lagrange e Chaptal [...]

[...] Para a Astronomia são indicados ao lente os livros de Lacaille, Lalande e Laplace [...]

Nos assuntos militares, os lentes elaborarão compêndios de acordo com "as melhores obras que têm aparecido sobre a matéria", e como tais, o Estatuto cita Guy de Vernon, Cessac e o Manual Topográfico do Arquivo Militar Francês. O lente de Arquitetura, Estradas, Portos e Canais, incluirá no seu compêndio "o orçamento das obras, o corte das pedras, a força e a estabilidade dos arcos, a força das terras para derrubarem os edifícios ou muralhas", e se baseará nos livros de Bossuet e Muller. Na mineralogia o lente adotará o método de Werner e se orientará pelos livros de Hauy, Brochant e Napion. (p.21 – 22)

Após 13 anos de fundação da Real Academia Militar, ela passou a receber também alunos civis, que pretendessem se formar engenheiros, sem qualquer vínculo com o trabalho militar, assumindo assim a responsabilidade pela formação não só de oficiais para o exército, mas também de engenheiros civis. A abertura da escola aos alunos paisanos se deu pelo baixo número de matrículas na escola, causado pelo desprestígio que o exército vinha sofrendo, acentuado com a criação da Guarda Nacional, que representava melhor os anseios da elite escravista, como mostram os autores a seguir:

Sodré (1968) afirma que:

Criando a Guarda Nacional, em 1831, a classe dominante dos senhores de terras e de escravos ou de servos, numa fase em que travava intensa luta para manter-se no controle do aparelho de Estado, estava forjando o instrumento militar de que necessitava, e empreendendo a neutralização das forças armadas regulares, que seriam relegadas a um segundo plano, as de terra particularmente. (p. 117)

Saes (1985), complementar \acute{a} as afirma \c o \tilde{e} s do autor citado acima, demonstrando as tr \acute{e} s linhas que existiam nas for \c as armadas:

A Constitui \c o \tilde{e} imperial de 1824 mantivera a distin \c o \tilde{e} , j \acute{a} vigente na col \tilde{o} nia, entre as tr \acute{e} s linhas das For \c as Armadas: a primeira linha consistindo numa tropa regular e remunerada, e as duas restantes (milicias e ordenan \c as) se definindo como tropas auxiliares e n \tilde{a} o remuneradas. A lei de cria \c o \tilde{e} da Guarda Nacional (1831) confirmou o car \acute{a} ter dual das For \c as Armadas escravistas imperiais: doravante, competiria ao Ex \acute{e} rcito/Marinha defender as fronteiras e combater os inimigos externos, cabendo \grave{a} Guarda Nacional a fun \c o \tilde{e} de reprimir a revolta das classes populares (escravos, camponeses, artes \tilde{a} os) e de, portanto, moderar a luta de classes dentro da forma \c o \tilde{e} social escravista brasileira. (p.174)

Cartolano (1994), reitera as afirma \c o \tilde{e} s que temos feito at \acute{e} o momento:

Foi, pois, essa realidade da carreira militar que afastou dela, com algumas exce \c o \tilde{e} s, os filhos das grandes fam \acute{l} ias propriet \acute{a} rias: desencorajados pela baixa remunera \c o \tilde{e} , as pobres condi \c o \tilde{e} s de vida, e acima de tudo, pela lentid \tilde{a} o das promo \c o \tilde{e} s, preferiam as escolas de Direito onde inexis \tilde{t} iam leis exigindo limites de idade para promo \c o \tilde{e} s de advogados. (p.22)

Formando engenheiros civis h \acute{a} meio s \acute{e} culo, a Escola Militar passou por uma reforma, entre v \acute{a} rias, onde atrav \acute{e} s do decreto 5.000 de 25 de abril de 1874, essa responsabilidade deixou de ser do ex \acute{e} rcito, passando assim a ser subordinada n \tilde{a} o mais ao Minist \acute{e} rio da Guerra, mas ao Minist \acute{e} rio dos Neg \acute{o} cios do Imp \acute{e} rio e sendo chamada desde ent \tilde{a} o de Escola Polit \acute{e} cnic \acute{a} . Tivemos a partir da $\acute{\i}$ a Escola Polit \acute{e} cnic \acute{a} voltada a formar engenheiros civis e uma Escola Militar voltada a formar oficiais do ex \acute{e} rcito, que entre suas armas possu $\acute{\i}$ a a engenharia.

Enquanto a Real Academia Militar seguia seu caminho formando oficiais para o ex \acute{e} rcito, este enfrentava dificuldades para forma \c o \tilde{e} de seu contingente, que em tempos de paz girava em torno de 15 mil homens.

Não havia uma lei que tornasse o serviço militar obrigatório e numa sociedade escravocrata também não havia mão-de-obra livre para compor suas fileiras. O escravo, por definição, não era cidadão livre, portanto não poderia ser soldado. Além disso, o exército utilizava-se de uma prática que afastava grande parte dos interessados: os castigos corporais.

O recrutamento era forçado e as vítimas dessa violência eram os filhos das camadas mais pobres a população, aqueles que não tinham padrinhos influentes.

Para resolver o problema do contingente por ocasião da Guerra do Paraguai foram tomadas medidas emergenciais.

Sob a perspectiva de Galvão (1984):

Aquele exército que nunca conseguira completar seus magros efetivos decretados - o que voltará a acontecer depois da guerra - de 15 mil ou 20 mil homens, chegara a levantar 100 mil ao todo para atender às necessidades bélicas. Certas mudanças exigidas pela situação de guerra vieram a ser irreversíveis: por exemplo, a alforria dada a um grande contingente de negros com a condição de que fossem para a frente de batalha. Esses libertos de guerra continuarão homens livres depois [...] (p. 21)

Com o grande número de negros que se juntaram as fileiras do exército tivemos aos poucos um exército simpatizante com a causa abolicionista. Porém, até então uma de suas funções era dar suporte ao regime de produção no Brasil baseado no trabalho escravo. Como, aliás, todas as forças armadas existem para exercer a função repressiva da manutenção da dominação nas sociedades de classes.

Enquanto o exército tinha problemas de várias ordens, a Academia Militar também enfrentava muitas dificuldades, que se relacionavam com a falta de

quartelização e a grande influência do espírito ilustrado, que se sobrepunha à militarização dos oficiais em formação.

Começaram também a aparecer problemas com os compêndios que eram substituídos por autores franceses traduzidos e os professores tornavam-se escassos. Essas "dificuldades levarão a sucessivas reformas (em 1823, 1833, 1839, 1842, 1845), visando a remediar esses males, oscilando entre avanços e recuos rumo a militarização." (GALVÃO, 1984, p.12)

De acordo com a concepção da autora citada acima, na reforma ocorrida em 1839 a Real Academia Militar passou ser chamada de Escola Militar e foi enfatizada a militarização em seu currículo, assim como formaturas diariamente, trabalho com armas e distribuição dos alunos em companhias.

Nessa reforma foi instituído o soldo, tanto para os alunos militares quanto para os civis, que já faziam parte do quadro de alunos desde 1823.

Entretanto, se houve avanços rumo à militarização, como já foi dito, voltaram a ocorrer recuos na reforma de 1845, quando foi oferecido aos alunos que completassem os sete anos de exigência do curso o título de bacharel e para os que obtivessem notas superiores a 7, em todos os anos dos cursos seriam contemplados com o grau de doutor em ciências matemáticas (GALVÃO, 1984).

Nesse período houve significativo número de alunos civis freqüentando a Escola Militar com o intuito de se formarem engenheiros.

Após a reforma de 1845, alguns compêndios foram redigidos e novos livros adotados e a grande mudança foi que os professores a partir de então, passaram a ser

preparados pela própria Escola Militar, ou seja, eram ex-alunos que seguiram a carreira dentro da própria Escola. Os primeiros professores, como já foi citado, eram preparados em Portugal, fossem nascidos lá ou aqui.

Somente com o término do Império e início da República é que foram resolvidos os problemas da militarização e profissionalização das Forças Armadas.

É interessante notar como, nos anos finais do Império, os oficiais das Forças Armadas já enxergavam com clareza o seu compromisso em relação à Abolição e à República.

Sodré (1968) afirma:

Foi no nascente Clube Militar que surgiu a idéia, apresentada por Serzedelo Correia, de ser apresentado Deodoro como candidato a uma vaga que abriria no Senado. A intervenção de Benjamin Constant, a respeito dessa proposta, é extremamente lúcida: “Sou, em princípio, a favor da proposta. Mas acho que é necessário ouvir-se, primeiro, o Marechal Deodoro, sobre as idéias que atualmente mais agitam o espírito público...” Quais seriam essas idéias? Benjamin, colocando o problema em termos de princípios, com grande clareza política, as enumera: Por exemplo, as da abolição, da autonomia das Províncias, do casamento civil, da separação da Igreja e do Estado, da secularização dos cemitérios...” [...] E Deodoro, como respondeu a essa colocação em que se destacava o problema abolicionista? Respondeu com exemplar firmeza: “Não é de hoje, mas de há muitos anos, que sou adepto das idéias manifestadas pelo major Dr. Benjamin Constant. [...] estou profundamente convencido de que a Pátria não poderá atingir os gloriosos destinos a que está fadada enquanto tiver em seu seio a mancha da escravidão. (p. 156 – 157)

A abolição trouxe a possibilidade do negro tornar-se soldado, o aumento da mão-de-obra foi significativo e a possibilidade de uma profissão e ascensão social para aqueles que até então eram escravos tornou-se uma realidade, pelo menos para o exército os problemas de contingente encontravam solução.

No entanto, se até a abolição uma das funções do exército era manter a ordem e o regime de produção baseado no trabalho escravo, agora seu objeto de repressão passou a ser outro: o operariado e os movimentos políticos ocorridos no espaço urbano.

Com o término da escravidão, o país passou a receber imigrantes para o trabalho na lavoura, que ao longo dos anos, com a crise cafeeira, com a industrialização e a conseqüente urbanização, deram início ao processo de êxodo rural.

A abolição da escravatura que gerou grande número de mão-de-obra livre, gerou também uma grave crise social: juntamente com os imigrantes, os ex-escravos passaram a viver nas áreas urbanas formando um exército de desempregados e miseráveis. Não havia trabalho e moradia para todos e as tensões sociais eram crescentes.

As crises sociais tendiam a aumentar e o operariado organizava-se para reivindicar melhores condições de vida e de trabalho.

A agressividade desse grupo e suas reivindicações eram muito diferentes da dos escravos, o que obrigou o exército a se organizar e especializar para conter os movimentos urbanos e greves do operariado, assim como a garantir e manter o novo regime que se acabara de instalar no Brasil: a República.

Mudaram os regimes de trabalho e forma de governo, porém o exército continuou a serviço da classe dominante.

Após o ano de 1850 a engenharia no Brasil ganhou fôlego e visibilidade, pois começou a haver um desenvolvimento econômico baseado na fundação de indústrias, estradas de ferro, companhias de navegação, transporte urbano e bancos.

Esse desenvolvimento deu-se com o fim do tráfico de escravos em 1850, que era uma lucrativa atividade e proporcionou com isso a possibilidade de investimentos em outras áreas, como demonstra Schwarcz (1999):

Mas foi o final do tráfico que trouxe maiores conseqüências. Como se tratava de uma atividade generalizada, quando foi encerrada, uma massa de recursos apareceu da noite para o dia. Investiu-se muito na infra-estrutura do país e acima de tudo nos transportes ferroviários. De 1854 a 1858 foram construídas as primeiras estradas de ferro, as primeiras linhas telegráficas e as primeiras linhas de navegação; a iluminação à gás chegou às cidades, e começou a crescer o número de estabelecimentos de instrução.

[...]Esse período ficou conhecido também como "a era Mauá", com seus investimentos volumosos na área financeira e industrial, e como "a era da estrada de ferro" no Brasil. Com efeito, na década de 50 concentram-se os esforços com relação a esse tipo de empreendimento que simbolizava, no contexto, o avanço *e o progresso das nações*.(p.102)

Mesmo a infra-estrutura urbana da cidade do Rio de Janeiro, sede da corte, sofreu algumas alterações às quais, em grande medida, tratavam-se já de um prenúncio da "Regeneração" que só aconteceria no início do século seguinte, no regime republicano. É ainda Schwarcz (1999) quem coloca:

Era na cidade do Rio de Janeiro, porém, que se sentiam mais de perto os resultados do final do tráfico, cujo capital passava a ser investido também em novas edificações e nas distintas lojas da corte. Na verdade, toda a urbanização da cidade vivia uma verdadeira revolução. O modelo era a Paris burguesa e neoclássica, mas a realidade local oscilava entre bairros elegantes e as ruas do trabalho escravo. Nos lugares de acesso mais fácil foram construídos palácios majestosos, edifícios monumentais e amplas avenidas. Destacavam-se os prédios da Academia Imperial de Belas-Artes e do Palácio do Comércio; as grandes avenidas que levavam ao Paço Real, em São Cristóvão - abertas um pouco mais tarde -, e os primeiros jardins públicos: o Campo de Santana e a Quinta da Boa Vista.

A corte ganhou, ainda, outras melhorias: arborização (a partir de 1820), calçamento com paralelepípedo (1853), iluminação a gás (1854), rede de esgoto (1862), abastecimento domiciliar de água (1874) e bondes puxados a burro (1859).

[...]Nas novas avenidas, melhor pavimentadas, o tálburi entrava no lugar do cabriolé, com grande velocidade e preços mais convidativos: o aluguel era anunciado por mil réis.

Completavam o glamour da corte as livrarias Garnier e Irmãos Laemmert e casas de banho como a Pharoux, que possuía o convidativo anúncio: "Vá tomar banho na Pharoux que é do que o senhor precisa".

Nesse contexto, a rua do Ouvidor transformara-se no símbolo dileto dessa nova forma de vida em que se pretendia, nos trópicos, imitar a mesma sociabilidade das cortes ou dos mais recentes bulevares europeus.(p.106-107)

A escravidão, atividade que até então apresentava-se como o melhor negócio no Brasil, saiu de cena deixando espaço para outras novas.

Com essa nova configuração da economia, a Escola Militar passou também por mudanças. A engenharia militar passou à frente das outras armas, inclusive da artilharia, que deixou de ser ensinada em sete anos para ser aplicada em quatro anos e algum tempo depois em seis anos.

Para Galvão (1984), outras mudanças chegaram com novos tempos:

Já em 1851 é fundada a Escola de Aplicação do Exército, que funcionaria provisoriamente (1855) na Fortaleza de São João e depois na Praia Vermelha (1857), ficando a sede no Largo de São Francisco reservada apenas à parte teórica do curso; daí em diante a sede se tornaria conhecida como Escola Central. Ainda no Rio é criada, em 1859, a Escola de Tiro de Campo Grande, também para aplicação. E no Rio Grande do Sul abrem-se em 1851 os cursos de infantaria e cavalaria, embrião de enormes desenvolvimentos futuros, e lá implantados como um bastião contra as possíveis agitações de países vizinhos inimigos na Bacia da Prata, que fatalmente viriam a ocorrer. (p. 17)

A divisão da Escola Militar em duas ocorreu para atender a dois itens que se impunham ao novo momento pelo qual passava a escola: a ampliação e a sua própria profissionalização.

A Escola de Aplicação do Exército adquiriu um perfil de quartel ao deixar de ter no comando uma junta militar, passando a ter um único comandante, que fosse um general da engenharia, ou da artilharia e adotando para seus alunos um regime de internato.

E com relação ao currículo são relatadas as seguintes alterações por Motta (1976):

À nova escola foi dado um currículo em que se distinguiam "matérias do ensino teórico" e "matérias do ensino prático", de acordo com a seguinte seriação:

1. Ensino teórico:
 - 1) Aula provisória : Aritmética: Álgebra Elementar, Geometria Elementar, Metrologia, Princípios de Geometria Analítica a duas dimensões, compreendendo a Trigonometria Plana.
 - 2) 1º. ano: Topografia Militar, Tática, Castrametação, Estratégia, Fortificação de Campanha, Elementos de Estática e Dinâmica com aplicação à Balística no vácuo, História Militar, e Noções de Direito das gentes e de Legislação Militar.
 - 3) 2º. ano: Balística no meio resistente. Fortificação Permanente, Ataque e defesa de praças e fortificação subterrânea, Arquitetura Militar.
2. Ensino prático:
 - 1) Exercícios
 - 1) Descrição, nomenclatura, manejo e uso das diferentes armas e máquinas de guerra;
 - 2) Pirotecnia militar;
 - 3) Prática de balística;
 - 4) Natação e equitação;
 - 5) Evolução e manobras das diferentes armas;
 - 6) Levantamento de plantas, nivelamentos e reconhecimentos militares;
 - 7) Marchas, acampamentos, embarques e desembarques, e construções de pontes militares;
 - 8) Trabalhos de fortificação de campanha;
 - 9) Ataque e defesa de postos e de praças;
 - 10) Prática do serviço de paz e de guerra, administração dos Corpos;
 - 2) Desenho: Desenho linear, de paisagens, topográfico, de arquitetura militar e de máquinas de guerra. (p. 135 – 136)

A antiga sede da Escola que passou a ser chamada de Escola Central dividia com a Escola da Praia Vermelha alguns cursos feitos pelos alunos em uma e em outra.

Apenas os alunos das armas chamadas técnicas ou científicas, atentando ao fato que engenharia e artilharia voltaram nesse momento a ter o mesmo tempo de curso, eram obrigados a frequentar as duas escolas e todos os seus cursos.

Anos depois novas mudanças ocorreram voltando a reduzir novamente o tempo de curso da artilharia, agora para três anos e a infantaria e cavalaria para dois anos e as três armas ficaram apenas com o curso da Escola da Praia Vermelha.

Devemos lembrar que "a Escola da Praia Vermelha nasceu sob o signo da instrução militar bem cuidada, e foi pioneira nesse campo." (MOTTA, 1976, p. 137)

Somente aos alunos do novo curso do estado-maior e da já consagrada engenharia que tivessem completado os três anos na Escola da Praia Vermelha e que já tivessem uma mentalidade militar, era permitido frequentar também a escola Central, como forma de complementação do curso.

A partir da segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX a Escola Militar passou, novamente, por várias reformas visando adequar o ensino às necessidades da carreira militar.

Em 1874 todos os cursos foram transferidos para a Escola da Praia Vermelha e foi nesse momento que a Escola Central passou a ser chamada de Escola Politécnica e a formar engenheiros civis, desligando-se assim do Ministério da Guerra, como já foi citado. Mas a engenharia continuou sendo um curso de altos estudos, diferenciando-se

das outras armas, pois de seus alunos eram exigidos os conhecimentos aplicados em todas as demais armas.

Embora a Escola Militar tenha tido suas atividades suspensas durante a Guerra do Paraguai, ocorreram grandes transformações na forma de pensar dos oficiais do exército, que ao retornarem dos campos de batalha voltaram com a consciência de sua importância e capacidade de força nas transformações políticas e sociais, contribuindo dessa forma na construção do ideário dos alunos e na sua participação na vida pública da nação. Participação que aumentou cada vez mais nos anos que antecederam a Abolição e a Proclamação da República, culminando com o fechamento da escola, prisão de alunos, obrigando o comando a reabri-la no subúrbio de Realengo, distante do centro e das grandes agitações carioca, pois era comum a participação dos alunos nas manifestações públicas.

Esse espírito de participação foi alimentado pela reforma de 1890, onde Benjamin Constant, inspirado no positivismo de Auguste Comte "instituiu a concepção do soldado enquanto cidadão armado e da carreira enquanto missão civilizadora, humanitária e moral." (GALVÃO, 1984, p.21).

Havia um grande descontentamento entre os militares que se sentiam prejudicados com baixos salários e com a longa espera por promoções que não chegavam devido ao corte orçamentário imposto naquele momento pelo regime que tinha à frente D. Pedro II.

O problema das promoções e dos salários atingia não apenas os oficiais, mas também os alunos da Escola militar que ali enfrentavam dificuldades, como é descrito por Ventura (2003):

As promoções para o quadro de alferes- aluno não eram concedidas por causa da ausência de vagas, que se tornaram insuficientes a partir de 1881, e pela falta de recursos para aumentar o número de postos. O governo ignorava assim os direitos de três turmas de alunos e prejudicava, sobretudo os que vinham de famílias remediadas, como Euclides, sem recursos para freqüentar as escolas preferidas pelos filhos das elites, o que contribuía para reforçar sua simpatia pela República.

Os cadetes se sentiam menosprezados pelo governo e pelo Ministério da Guerra, que permitiam que a escola apresentasse condições de higiene deploráveis e fornecesse má alimentação.

Reclamavam da comida ruim, muitas vezes estragada, e eram devorados à noite pelos percevejos que infestavam os dormitórios. Era como se estivessem cumprindo pena ou tivessem de passar por longo caminho de provas até obter o diploma e a cinta de oficial. (p. 66)

Antes da reforma de 1890 houve aquela de 1889, ainda durante o Império, mas cuja vigência não ultrapassou um ano. Segundo Galvão (1984), “a efêmera reforma de 1889 tem como traço distintivo a criação da Escola Superior de Guerra, para formar engenheiros, artilheiros e oficiais do Estado Maior; esta escola sobreviverá à reforma de 1900 e por ela viria a sair formado Euclides da Cunha.” (p. 21)

Três fatos foram importantes no final do século XIX para ajudar a escrever a história do oficialato brasileiro e da própria nação: a participação nos movimentos abolicionistas, republicanos e a questão militar, onde esses homens queriam o reconhecimento de sua independência e dignidade.

Saes (1985), esclarece:

Essas transformações parciais do exército, determinadas pela emergência de conflitos militares entre o Estado escravista brasileiro e certos Estados vizinhos, geraram, no seio da oficialidade média, uma nova tendência ideológica, distinta da ideologia escravista cultivada pelos generais do

Primeiro Reinado: o burocratismo burguês. Para que este se transformasse no modo concreto de organização das forças armadas imperiais, era necessário não só que a oficialidade militar lutasse para que se desenvolvesse e se integralizasse a profissionalização do Exército (luta interna por um novo regulamento), mas, sobretudo que atacasse o principal obstáculo à total reorganização burguesa das Forças Armadas: a persistência do direito escravista e da própria escravidão (luta externa de caráter antiescravista: o abolicionismo militar). Desagregou-se desse modo a ideologia escravista no seio do Exército Imperial: a sua oficialidade passou a reivindicar simultaneamente a reforma do regulamento, a ampliação do contingente, o recrutamento e a promoção dos libertos e a abolição da escravidão. Assim foi instalado o germe da crise do Estado escravista. (p.177)

Essas questões caminhavam juntas e contribuíram para a mudança do regime monárquico para republicano e a participação da Escola Militar sempre foi intensa, desde ter uma secreta organização abolicionista até o Clube Republicano da Escola Militar com distribuição do jornal republicano *A Federação*, vindo do Rio Grande do Sul.

O autor citado acima também afirma que:

[...] a própria oficialidade média do Exército imperial, para se constituir em burocracia segundo as regras do burocratismo burguês, passou a lutar pela extinção legal da escravidão e pela reorganização burguesa do aparelho de Estado, nisso se opondo diretamente às classes dominantes e ao governo imperial. Desde então o grupo militar já agia como partido político; e a criação do Clube Militar, em 1887, veio formalizar a sua existência como organização partidária que perseguia objetivos políticos próprios e não mais cumpria automaticamente as decisões tomadas pelas classes dominantes escravistas. Dada a contradição que opunha a essas classes e ao governo imperial, o grupo militar tinha de se quisesse preservar a sua existência como burocracia de Estado, organizar-se politicamente para a derrubada da monarquia; isto porque, identificando-o como o fator da crise interna do Estado, as classes dominantes escravistas e o governo imperial procuraram neutraliza-lo mediante o reforço e a revitalização da Guarda Nacional, a criação de Guardas Negras, o apelo a mercenários, etc. Sintetizando: de um lado o apartidarismo momentâneo da classe média civil abriu espaço para que o grupo militar agisse efetivamente como partido político da classe média republicana; por outro lado, a crise do Estado obrigou o grupo militar a agir, se quisesse subsistir como burocracia de Estado, como partido político republicano. (SAES, 1985, p.314)

O próprio Euclides da Cunha também deixou ali sua contribuição alguns meses antes da Proclamação da República, quando se envolveu num episódio dentro da escola que culminou com seu desligamento.

Devemos relevar, antes de narrar o episódio em que esteve envolvido Euclides da Cunha, que a sua formação acadêmica foi permeada pela influência de Benjamin Constant e do positivismo. Neste sentido, Cartolano (1994) coloca que:

[...] a militância política de Benjamin Constant ampliava-se e intensificava-se não apenas no interior do exército, mas, sobretudo, na Escola Militar e Politécnica onde ensinava, além das matemáticas, “**subversão republicana**”. (Quartim de Moraes, 1991, p. 41)

[...] Benjamin Constant se destacara como um dos principais articuladores políticos e divulgadores dos movimentos abolicionista e republicano no interior do Exército: Não só por suas reformas empreendidas no ensino da Escola Militar, através das quais pretendia formar o soldado-político capaz de gerir, como os civis, os negócios públicos do país mas também pela influência que exercia junto a jovem oficialidade na difusão de um certo positivismo, qual seja, aquele estatui a missão moderna dos exércitos como mais pacífica que guerreira. (p.77)

Durante uma visita do ministro da guerra Tomás Coelho à Escola Militar e enquanto passava em revista as tropas, o cadete Euclides da Cunha, saindo de forma, tentou quebrar o sabre-baioneta sobre o próprio joelho e não conseguindo a realização de seu intento, atirou-o aos pés do ministro.

A visita do ministro, marcada inicialmente para um sábado, 3 de novembro de 1888, foi adiada para a manhã do dia seguinte e teve como principal motivo evitar a saída dos alunos e possíveis participações num movimento anti-monarquista durante a recepção ao propagandista republicano Lopes Trovão, que chegava da Europa.

Antes da chegada do ministro contrariados "os cadetes assistiram à missa na capela da escola, com a presença do comandante. Inconformados com a proibição de saída, bateram de tal modo com as armas sobre o assoalho da capela que este cedeu." (VENTURA, 2003, p. 68).

A simpatia pelo regime republicano, somada às insatisfações oriundas das promoções que não saíam e pelas precárias condições de funcionamento da Escola Militar, encontrava ambiente propício para o desenvolvimento da desordem e insubordinação.

Euclides revelaria anos mais tarde a Gastão da Cunha, um amigo, "que seu protesto fazia parte de um plano de rebelião para proclamar a República, que acabou sendo traído pelos colegas." (VENTURA, 2003, p. 74).

A intenção de Euclides ao sair de forma, era fazer com que outros colegas o seguissem, pois já havia um grupo combinado de iniciar o levante contra a Monarquia, assim incitando a participação dos demais jovens, como não foi seguido revoltou-se e tentou quebrar o sabre, numa atitude que também pode ser encarada como a transcrição dos ideais de Benjamin Constant, ou seja, um ato simbólico que demonstraria que o Exército assumia uma postura menos beligerante.

Devemos ressaltar que o positivismo de Benjamin Constant não era a única orientação ideológica existente no seio da Escola Militar e, nem tampouco, a única leitura possível desta vertente filosófica.

Sodré (1968), coloca claramente que, para ele, há uma supervalorização do positivismo, em relação à Abolição e à República:

Nem teve o Positivismo, que tão largamente influenciou no grupo que se formava na Escola Militar, o papel causal que lhe tem sido atribuído. Conquanto fosse enorme o prestígio de Benjamin Constant, e, realmente, a doutrina de Comte, penetrando por via da matemática, influísse no pensamento dos cadetes e em determinados meios civis, ajustando-se bem aos reclamos democráticos daquela fase, sua influência foi apenas parcial e reduzida. (p. 161)

Cartolano (1994), por sua vez, afirma que havia pelo menos duas vertentes positivistas dentro da referida escola:

No Brasil, as primeiras manifestações do positivismo datam de 1850, quando foram apresentados, na Escola Militar do Rio de Janeiro, os primeiros trabalhos de tese em ciências físicas e naturais e em cálculo diferencial, a partir dos ensinamentos de Comte. Mas foi Luís Pereira Barreto (1840-1923) com a obra “As três Filosofias” quem apontou a filosofia positivista como aquela capaz de substituir, com vantagens, a tutela intelectual exercida pela Igreja Católica no país.

Miguel Lemos (1854-1917) e Raimundo Teixeira Mendes (1855-1927) iniciaram-se no positivismo através da matemática e das ciências exatas, ainda quando estudantes na Escola Politécnica. Mais tarde, depois de uma viagem a Paris onde tomaram contato com Littré e Laffitte então seguidores de Comte, tornaram-se adeptos fervorosos da Religião da Humanidade, dirigida na época por Laffitte.

[...] Benjamin Constant também se iniciou no positivismo comteano, através das ciências exatas, em especial através das matemáticas; e isso se deu antes mesmo da fundação da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, ou seja, em 1857. Todavia como o que se tem dele são apenas textos didáticos, relatórios, discursos, ordens do dia da Escola Militar e cartas, as interpretações acerca do “seu positivismo” são muitas e díspares [...] penso que Benjamin reinterpreto, a seu modo, segundo os interesses e exigências do momento histórico, algumas das idéias de Comte, aquelas que serviram aos seus objetivos acerca da política e da educação e de seus conteúdos e métodos pedagógicos. (p. 31 – 32)

Em diálogo com o ministro Tomás Coelho, logo após o ato de insubordinação, Euclides da Cunha reclama seu direito a promoção a alferes-aluno atrasada há um ano. O direito a tal promoção era o reconhecimento pelo mérito de ter tirado boas notas no primeiro e no segundo ano da Escola Militar. (VENTURA, 2003)

Com relação às notas e ao desempenho do aluno, Santana (2001) nos apresenta:

Pela descrição do comandante da Escola, Euclides da Cunha faria parte do seletor grupo de alunos que conseguiram ser aprovados em todas as matérias, e, mais que isso, obtendo aprovações plenas, com as quais concluiu os cursos de Infantaria e Cavalaria ao final do primeiro ano (1887), direito a ser promovido ao cobiçado galão de alferes-aluno. As notas de Euclides da Cunha nesses dois primeiros anos estão assim registradas no livro de Registro Geral das Praças da 2ª. Companhia: 1º. Ano - 1ª. cadeira [Álgebra Superior, Geometria Analítica, Cálculo Diferencial e Integral] - 8; 2ª. cadeira [Física Experimental e Química Inorgânica] - 9; aula [Desenho Topográfico, Topografia] - 7 e exercícios práticos - 8. 2º. ano - 1ª. cadeira [Tática, Estratégia, História Militar...] - 8; 2ª. cadeira [Direito Internacional, Direito Público e Direito Militar...] - 7 e aula [Geometria Descritiva, Planos Cotados] - 7. (p. 44)

O ministro deu ordem para que o jovem, que segundo ele dava sinais de exaustão motivada pelo excesso de estudos, baixasse à enfermaria, seguindo ao hospital militar onde permaneceu por um mês, detido.

O código militar do período imperial punia atos semelhantes ao de Euclides com o enforcamento, porém a aplicação dessa pena o tornaria um mártir da propaganda republicana e isso fatalmente aceleraria o golpe de misericórdia sobre o antigo regime.

O caminho encontrado pelo ministro da Guerra foi a ordem de trancamento da matrícula do cadete nº. 188, da 1ª. companhia, dois dias antes do seu desligamento do corpo de alunos, em 13 de dezembro de 1888, como consta em sua *Fé de ofício*.

A justificativa para o trancamento da matrícula foi uma providencial incapacidade física, muito adequada ao momento de intensa fragilidade pela qual passava o II Império, afinal o episódio do sabre veio a público através de alguns jornais

que o noticiaram, entre eles: *O País* e a *Gazeta de Notícias*, no Rio de Janeiro e em São Paulo *A Província de São Paulo*. (VENTURA, 2003)

Nesse mesmo período o comando da Escola Militar continuou enfrentando outros problemas de insubordinação dos cadetes em seu interior. Por isso as punições deveriam ser entendidas apenas como forma para disciplinar jovens ainda não habituados à vida de caserna e nunca identificá-los com movimentos de fundo político.

Após seu afastamento da Escola Militar, Euclides matriculou-se na Escola Politécnica com a intenção de terminar seu curso. Entretanto, após onze meses de sua saída, é proclamada a República.

Benjamim Constant, que era professor da Escola Militar, passou a ministro da Guerra, e Euclides da Cunha foi reintegrado à escola, com o apoio de vários militares.

O jovem cadete apontado e admirado pelo seu ato, passou a ser um exemplo de resistência e luta em defesa da República.

Poucos dias após seu retorno à escola, recebeu a promoção de alferes-aluno e logo depois foi autorizado a prestar os exames para concluir o curso que fora interrompido no ano anterior.

Em seguida foi para a Escola Superior de Guerra e junto com seus colegas militares começou a receber as tão esperadas promoções, como aponta Ventura (2003):

Euclides recebeu, em janeiro de 1890, licença para se matricular na Escola Superior de Guerra. Foi incluído, em 22 de fevereiro, na companhia dos alunos e se matriculou no terceiro ano da escola, que correspondia ao quinto ano do curso de Estado-Maior e de engenharia, com a duração total de seis anos. Subiu ao posto de segundo-tenente, em 14 de abril de 1890, cinco meses após a proclamação, beneficiado pela política de rápidas promoções do Governo Provisório. Benjamim Constant, ministro da Guerra, tinha aumentado, em janeiro de 1890, os vencimentos dos militares e fez a

reforma compulsória de muitos oficiais superiores, mesmo que aptos a continuar na ativa, para promover, em janeiro, um grande número de oficiais próximos a Deodoro. (p. 89 – 90)

Mesmo após a mudança do regime a Escola Militar marcou ainda outras vezes sua participação na vida política do país, como ocorreu durante a Revolta Contra a Vacina Obrigatória, em 1904, quando os alunos em apoio ao movimento popular tentaram derrubar o Presidente Rodrigues Alves, identificado com a rude politicagem que teria feito com que a República perdesse seu ideário original baseado no positivismo de Comte. Devemos ressaltar que o ideário da Escola Militar, enquanto reduto de abolicionistas e de republicanos e fortemente influenciada pelo positivismo, pautava-se também pela premissa de formar o soldado-cidadão, capaz de influir de forma ativa e consciente nos destinos da pátria.

Esta premissa foi também incorporada pelo Estado Republicano, que assume enquanto seus vários valores do jovem oficialato formado pela Escola Militar. É interessante notar como a questão tem sido retomada inúmeras vezes, tendo se constituído recentemente no pano de fundo sobre o qual se delineia a formação e o pensamento de Nelson Werneck Sodré, demonstrado por Cunha (2001):

Na perspectiva de entender o significado da atuação política dos militares e, por conseqüência, a formação do pensamento político de Nelson Werneck Sodré, penso ser primordial, como ponto de partida, entendermos que o início de sua participação política de esquerda, ou de caráter progressista, não é recente e tem, de certa forma, uma tradição de contestação que remonta ao império pós-guerra do Paraguai.

[...]Mas a substância que o conceito esquerda adquiriu em sua construção histórica aponta principalmente para seu aspecto ético, na perspectiva de um grupo ou de um indivíduo que, no seu tempo histórico, se posicionou a partir de valores ou idéias referenciais concretas e mesmo progressistas, seja na causa da igualdade expressa no abolicionismo, no nacionalismo ou mais recentemente, na democracia. Sodré, por exemplo, utiliza o conceito

esquerda como indicativo de atuação em uma linha progressista. Em todo caso, entendemos que esse é um conceito que não perde sua contemporaneidade e representa, por tradição, as lutas sociais de transformação à frente do seu tempo, pelo menos até os anos 60.

[...]Após os conflitos e desgastes de uma atribulada fase inicial, reacende-se com o governo civil a questão da reforma do Exército, que desperta uma velha preocupação dos militares com sua sobrevivência e sua legitimação como instituição. Esta é uma questão que, a rigor, sempre veio a despertar controvérsias ao longo do século XX. Vale lembrar que o estopim da queda da monarquia decorreu de um boato que previa a dissolução do Exército em proveito da guarda nacional. Foi essa uma tese dos primeiros anos da República que não chegou a ser abandonada, e que os subseqüentes governos oligárquicos civis colocaram na ordem do dia em vários momentos. Naquele primeiro momento, ao que parece, a superação dessa quase política foi apresentada nada menos que por Rui Barbosa e, ao que tudo indica, como uma solução de compromisso. O artigo que reza que o Exército e a Marinha são as instituições nacionais e permanentes, com o atributo de defesa externa e interna, bem como da lei e da ordem, foi incorporado por Rui Barbosa à constituição republicana e mantido quase como cláusula pétrea pelas constituições subseqüentes.

[...]O segundo eixo ideológico de esquerda entre os militares é o positivismo como doutrina do soldado cidadão.(...)essa era, há muito, a doutrina do Exército, e posteriormente adquiriria a feição não muito bem-vinda de doutrina da segurança nacional (...). Entretanto, naquela ocasião, tal doutrina do soldado cidadão tinha forte prestígio entre os pares. Para esclarecer esse ponto, é preciso acrescentar que a instituição Exército era provavelmente a única possibilidade de ascensão social para muitos jovens dissociados da elite oligárquica vigente, e uma possibilidade concreta para jovens oriundos da pequena burguesia, configurada em um palco de debates privilegiado, já que fervilhava nas Escolas Militares do período uma intensa atividade literária e científica.(p.41-46)

A participação e importância da Escola Militar na vida pública nacional sempre foi inegável e ela teve muitos momentos significativos, alguns que foram citados aqui e outros que não serão tratados neste trabalho, porém vale lembrar que a Escola permaneceu no subúrbio carioca de Realengo até o ano de 1944, quando foi transferida para a cidade de Resende, no interior do Estado do Rio de Janeiro, sendo o antigo prédio de Realengo transformado em quartel.

Desde sua transferência para Resende a Escola Militar lá permanece distante do envolvimento e da movimentação política da capital, o que nos parece ser estratégico, observada toda a sua história. A breve apreciação de seu currículo e sua trajetória ajuda a compreender sua importância na formação de Euclides da Cunha.

O jovem Euclides terminou seu curso na Escola Militar em 1892, após alguns tropeços na caminhada em busca de seu diploma de engenheiro militar e de bacharel em ciências matemáticas e ciências físicas e naturais, sendo no dia seguinte à sua formatura promovido a primeiro tenente, convivendo intensamente com um Brasil que passava pelas transformações trazidas pelos novos tempos que aportavam no Rio de Janeiro.

CAPÍTULO II

O BRASIL DO FIM DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

*Um bando de idéias novas esvoaçou
sobre nós de todos os pontos do
horizonte.*

Silvio Romero

Grandes transformações, econômicas, sociais, políticas e culturais levaram à mudança do regime político, no final do século XIX, de monárquico para republicano. E o país que até então tinha a terra como principal fonte de riqueza e poder começou a experimentar as novidades que chegavam junto com a passagem do século.

Essas mudanças foram sentidas em todas as grandes cidades, porém a do Rio de Janeiro se destacou como um expoente nessas transformações, por ser a capital do país e, por isso a usaremos como referência, além de ser o cenário onde se deu a formação e o desenvolvimento da maioria dos intelectuais brasileiros e também do jovem Euclides da Cunha.

Capital do país, como já foi dito, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se o maior centro comercial e populacional, com o mais amplo mercado nacional de consumo de mão-de-obra, com a maior rede ferroviária nacional e com seu porto considerado o 15º. do mundo em volume de comércio, colocando a capital em contato com a produção e o comércio europeu e americano (SEVCENKO, 1999, p. 27)

Com isso tornou-se, além de importante centro das decisões políticas e administrativas, importante centro cultural.

O consumismo tomou conta da cidade do Rio de Janeiro, que ficou voltada para as novidades e para a última palavra em termos de moda. Para isso era importante acompanhar o progresso e alinhar-se aos padrões europeus, pois a cidade era reconhecida no exterior pelas suas epidemias de febre amarela e precisava se apresentar aos outros países como uma capital moderna, limpa, progressista, livre de doenças, para atender aos novos interesses do capitalismo internacional. Além disto, começava a se apresentar à elite local o problema da imagem que o Brasil apresentava ao exterior, e a vontade de atrair divisas também pela via do turismo, como mostra Machado (2002):

Nesse momento o Rio de Janeiro era a capital política, administrativa, comercial, financeira e cultural do Brasil. [...] era desejo do governo federal, transformá-la num belo cartão-postal, possibilitando a quem visse, uma idéia do que era o Brasil e o desejo de conhecê-lo.

[...] O Brasil desejava ser civilizado, e nesse período ser civilizado significava pensar, agir e ser semelhante à Paris.

No entanto, o Rio de Janeiro naquele momento apresentava problemas que não permitiam enquadrá-lo no padrão parisiense. (p. 7)

Como afirmou Machado, alinhar-se aos padrões parisienses só seria possível com as mudanças que ficaram conhecidas como Regeneração e que envolveram três

pontos fundamentais: a transformação urbanística, a higienização e as mudanças de comportamento.

As transformações urbanísticas do centro do Rio de Janeiro envolveram desde a demolição dos antigos casarões coloniais à construção de grandes avenidas e praças, passando pela reforma do porto para receber navios de grande porte e o alargamento das ruas próximas para facilitar o escoamento das mercadorias e assim melhor alimentar o novo estilo de vida.

Os antigos casarões coloniais serviram durante muitas décadas de habitações coletivas à população mais pobre. Chamados de "cortiços", esses casarões tinham seus cômodos alugados para diferentes famílias.

Em relação à proliferação dos cortiços e o caráter ideológico da sua demolição, demonstrou Chalhoub (1990):

A proliferação dos cortiços na cidade do Rio se deu a partir das décadas de 1850 e 1860, e esteve ligada ao aumento do fluxo de imigrantes portugueses e ao crescimento do número de alforrias obtidas pelos escravos.

[...] a importância das habitações coletivas nas últimas décadas da escravidão começa a se evidenciar: para escravos, assim como para libertos e negros livres em geral, as alternativas viáveis de moradia na Corte, no período, eram cada vez mais os cortiços e as casas de cômodos.

[...] o tempo dos cortiços no Rio foi também o tempo da intensificação das lutas dos negros pela liberdade, e isto provavelmente tinha a ver com a histeria do poder público contra tais habitações e seus moradores, especialmente nas primeiras administrações republicanas. Ao demolir cortiços e modificar traçados urbanos – ou seja, ao procurar mudar o sentido do desenvolvimento urbano –, os administradores da cidade atacavam também a memória histórica do movimento pela liberdade. (p. 8-10)

Como vimos, a população que habitava os cortiços era composta na maioria por ex-escravos que após 1888 buscavam novos meios de sobrevivência, e imigrantes expulsos da zona rural pela crise, principalmente na lavoura cafeeira, que buscavam nas

grandes cidades, que entravam na fase de industrialização, o trabalho que se tornava escasso no campo.

Sem emprego ou vivendo das migalhas conseguidas com os subempregos como de: "caçadores de gatos, ratoeiros, apanha-rótulos e selistas, chumbeiros, coletores de botas e sapatos, vendedores ambulantes" entre tantos outros, essa população não encontrava outra alternativa de moradia que não fossem as habitações coletivas.(SEVCENKO,1999).

A precariedade da alimentação e das condições de higiene das áreas comuns e a aglomeração dentro dos cortiços levavam ao surgimento de doenças que se alastravam pela cidade causando grandes epidemias e endemias de febre tifóide, varíola, tuberculose, febre amarela e outras.

A segunda metade do século XIX marcou a população do Rio de Janeiro que sofreu com três grandes epidemias: febre amarela, peste bubônica e varíola. A febre amarela levou ao óbito aproximadamente 60 mil pessoas entre os anos de 1850 e 1905, dados que não podem ser considerados absolutos devido à precariedade dos registros estatísticos da época.

Doença transmitida através da picada do mosquito *Aedes Aegypti*, a febre amarela estava ligada diretamente à qualidade de vida da população, que habitava velhos casarões, em precárias condições de higiene. Entretanto, com a chegada do verão, quando a epidemia tornava-se mais grave, a população mais rica, inclusive a família real, buscava refúgio e proteção na região serrana do Rio de Janeiro, especialmente em Petrópolis.

A mudança do regime político de monárquico para republicano alterou parte desse cenário, ou seja, a família imperial em fuga para Petrópolis foi substituída pelo presidente da República, ministros e altos funcionários do governo, como apontavam vários cronistas e jornais da época, enquanto o restante da população pobre ficava exposta à doença e entregue à própria sorte. (SEVCENKO, 1999)

O paulista Rodrigues Alves (governou de 1902 a 1906) tentou colocar em prática uma de suas promessas de campanha eleitoral para presidente da República, a de remodelação da capital brasileira, para alinhá-la aos novos padrões de modernidade ditada principalmente pela Europa.

Para tão importante missão indicou o engenheiro Pereira Passos para cuidar da reforma urbanística da cidade e o médico Oswaldo Cruz para cuidar da reforma sanitária. Esses dois homens representavam, aqui, o que havia de mais moderno e avançado do conhecimento científico produzido na Europa.

Ambos estiveram em Paris aperfeiçoando seus conhecimentos, Passos acompanhou a remodelação urbanística da capital francesa e Oswaldo Cruz no Instituto Pasteur especializou-se em microbiologia e saúde pública.

Oswaldo Cruz defendia a necessidade de se acabar com favelas e cortiços devido às precárias condições sanitárias dessas habitações, o que levou a população desses locais a entrar em choque com o médico. Como demonstrou Chalhoub (1990), estas posturas estavam lastreadas na crença de que:

[...] haveria uma forma "científica" – isto é "neutra", supostamente acima dos interesses particulares e dos conflitos sociais em geral – de gestão dos problemas da cidade e das diferenças sociais nela existentes. Tal ordem de idéias iria saturar o ambiente intelectual do país [...] e emprestar suporte

ideológico para a ação “saneadora” dos engenheiros e médicos, que passaram a se encastelar e acumular poder na administração pública, especialmente após o golpe militar republicano de 1889. (p.13)

Em sua luta contra a febre amarela e peste bubônica, Oswaldo Cruz criou junto ao Serviço Sanitário a *Brigada Mata-Mosquitos*, que tinha por objetivo vistoriar as casas e obrigar que seus moradores eliminassem possíveis criadouros do mosquito *Aedes Aegypti* e de ratos, responsáveis pela transmissão da peste bubônica.

Tornava-se cada vez mais difícil acabar com os transmissores da peste, pois o número de ratos chegava a ser dezenas de vezes maior que o número de habitantes da cidade, segundo comentava-se na época. Para isso Oswaldo Cruz propôs pagar um tostão a cada rato que fosse apresentado ao Serviço Sanitário.

Isso fez com que muitos da população miserável passassem a trabalhar como ratoeiros e o pior é que com essa oferta de pagamento por roedor, muitos passaram a criá-los em casa, como forma de ter garantido o sustento diário de suas famílias.

A população carioca não via com bons olhos as visitas dos mata-mosquitos, que invadia a já pouca privacidade dos lares e decidia o que devia ou não ser eliminado, o que era ou não um risco para a saúde. Muitas vezes os moradores procuravam impedir a entrada dos mata-mosquitos em suas casas, mas na tentativa de dar continuidade a esse trabalho eles passaram a fazer as vistorias estando acompanhados por policiais, que habitualmente usavam a força para permitir a continuidade dos trabalhos, atos que causavam cada vez mais resistência à proposta de Oswaldo Cruz. O projeto de Regeneração da cidade do Rio de Janeiro apresentava-se de forma muito violenta à população miserável, chegando a significar-lhe como sendo seu próprio extermínio.

O Serviço Sanitário precisava mais do que nunca da ajuda da população no combate às doenças e ela precisava ser orientada e instruída e não agredida pela polícia, o que aumentava cada vez mais a tensão entre a população pobre e o governo.

Depois de lutar contra a febre amarela e a peste bubônica foi a vez da varíola ser atacada por Oswaldo Cruz, que propunha uma vacinação em massa da população. Para isso exigiu que o Congresso Nacional e o presidente da República criassem uma lei tornando a vacinação obrigatória, o que imediatamente ganhou opositores, entre eles políticos, monarquistas, médicos, mas principalmente o povo.

A população em grande parte analfabeta e desinformada não sabia do que se tratava a vacina, o que continha àquela substância e quais seriam as conseqüências em quem fosse aplicada, pois essa era a primeira experiência de vacinação em massa feita no Brasil.

Fora o medo que a imunização provocava havia a questão da violência da invasão de privacidade. Além das casas vistoriadas, as pessoas tinham que expor seus corpos e permitir que estranhos os manipulassem.

Numa época em que as mulheres usavam longos vestidos, que cobriam desde o pescoço até os pés e braços, que permaneciam resguardados por longas mangas, em que a simples aparição de um tornozelo causava furor, era impossível conceber a idéia de homens estranhos tocando seus corpos.

Com a aprovação da lei em 31 de outubro de 1904, a vacinação passou a ser obrigatória para todos os brasileiros e estrangeiros em passagem pelo Brasil e deveria começar pela cidade do Rio de Janeiro.

A indignação popular, diante do que pode ser chamado de “ditadura da ciência”, teve os opositores ao governo aproveitando-se do momento para convocar a população a sair às ruas e protestar e criando assim a Liga Contra a Vacinação Obrigatória, que passou a inflamar o movimento.

Os protestos que ganharam forças ao longo dos dias transformaram-se em uma revolta que ficou conhecida por Revolta da Vacina.

Eram vários os descontentes com o governo e suas reformas, desde monarquistas que sonhavam com a restauração do Império, pequenos comerciantes obrigados a deixar a área central da cidade para a reforma urbanística e a população, que além de ser expulsa e ter suas casas e corpos vistoriados a força, agora, sentia-se obrigada a tornar-se cobaia de uma ciência que para ela era desconhecida.

O descontentamento popular com o governo já vinha desde os tempos de outro presidente paulista, Campos Salles (governou de 1898 a 1902). Antecessor de Rodrigues Alves tomou drásticas medidas econômicas para obter empréstimos e financiamentos junto aos bancos ingleses, para expandir a lavoura cafeeira, melhorar recursos técnicos e buscar mais mão-de-obra imigrante.

Essas medidas que visavam atrair recursos à cafeicultura paulista, procuravam passar aos países estrangeiros a imagem de solidez do governo, de economia saudável e competência administrativa, imagem defendida com o objetivo de alinhar-se aos padrões das nações européias, igualmente pretendida pela Regeneração.

Para receber os empréstimos e financiamentos o governo precisou tomar várias medidas duras, como o arrocho da economia interna e um terrível processo de deflação.

Essa política trouxe sérias conseqüências como o desemprego, o aumento e a criação de novos impostos como o de consumo e do selo, que elevaram drasticamente o custo de vida, atingindo em cheio a população mais pobre.

Campos Salles despertou o ódio da população que sarcasticamente o apelidou de "Campos Selos", mostrado por Carone (1978):

As medidas tomadas por Campos Sales tornaram-se possíveis devido á sua atuação política e ao apoio do Congresso e dos governadores. É assim que deixa de existir oposição aos projetos econômicos apresentados, facilitando o projeto do governo. Joaquim Murinho, o novo Ministro das Finanças, segue exatamente as suas diretrizes. Inicialmente aceleram-se certas medidas tomadas pelo governo anterior, como a estrita economia de gastos, principalmente militares, e a maior incidência do imposto de consumo. Este já provocara grita quando Bernardino de Campos impôs o pagamento do selo como taxa de certos produtos. Agora, o imposto funciona, não como complemento, mas como fator fundamental do aumento de receita da União. As medidas sucedem-se ininterruptamente: de fevereiro a junho de 1899, decretam-se leis de incidência do imposto de consumo para bebidas, fumo, perfumarias, velas, calçados, especialidades farmacêuticas, perfume e vinagre, conservas de carne e cartas de jogar. Como se vê, são os produtos populares os mais atingidos, o que vai provocar mal estar e grandes dificuldades às camadas populares. (p. 116)

Foi nesse clima que Rodrigues Alves ganhou a eleição, identificado com a continuidade da política dos paulistas e tomando posse numa capital que votou maciçamente no candidato opositor, Quintino Bocaiúva.

A população miserável, aproveitando-se dos tumultos causados durante os protestos da Revolta da Vacina, invadia e saqueava lojas, carregando tudo o que era possível, na tentativa de suprir o que lhe faltava, principalmente alimentos.

O povo nas ruas foi ganhando poder e resistindo às forças que agora não eram apenas policiais, mas também militares, que ainda defendiam o governo e com isso a violência foi inevitável.

Além dos saques provocados durante os protestos, bondes foram tombados e incendiados, postes da iluminação pública e linhas telefônicas arrancados impedindo a comunicação entre o governo e as forças repressoras, dificultando as ordens e perdendo o controle da situação, prédios públicos e particulares foram apedrejados e invadidos e nos sete dias de confronto foram registradas muitas mortes, inclusive de crianças.

A revolta tomou grandes proporções envolvendo militares e alunos da Escola Militar, que aproveitaram a oportunidade para se rebelar contra o Presidente Rodrigues Alves e a rude politicagem dos civis dirigida pela elite paulista, que fez com que os ideais da República perdessem sua linha original baseada no pensamento positivista.

A amplitude do descontentamento contra Rodrigues Alves pode ser avaliada pela adesão dos jovens militares, tradicionalmente 'jacobinos' e florianistas, ao movimento. Suas ligações políticas, entretanto, não se davam diretamente articuladas com o movimento popular: tinham ligações com os positivistas, mas não com as lideranças de massa envolvidas. Além disso, seu objetivo era mais conscientemente voltado para a tomada do poder através de um golpe. Para tanto se ligavam até aos monarquistas do recém-fundado jornal Comércio do Brasil, de Alfredo Varela, e tinham como um dos principais porta-vozes o militar Barbosa Lima, um dos diretores da Liga Contra a Vacinação Obrigatória.

Apesar da vigilância, já fazia vários meses que os jovens cadetes das escolas militares, principalmente da Praia Vermelha, se reuniam para preparar um golpe. O motim popular deu-lhes o momento necessário. Reunidos no Clube Militar, com o apoio dos generais Silva Travassos e Olímpio da Silveira e a presença de Lauro Sodré, os jovens oficiais decidiram enviar um ultimato ao presidente da República, exigindo a demissão incondicional de J.J. Seabra, Ministro da Justiça. Foi inútil; a revelação da existência da conspiração exigiu o apressamento do golpe, através da sublevação das escolas militares

do Realengo e da Praia Vermelha e da tentativa de adesão da fortaleza de São João. (MENDES JR., 1983, p. 202)

Grupos diferentes se rebelavam contra o presidente que não atendia às solicitações de desligar do governo o Ministro da Justiça e Oswaldo Cruz da direção do Departamento Nacional de Saúde. A atitude de Oswaldo Cruz e a reação imediata do governo frente a crise é mostrada por Bello (1969):

Oswaldo Cruz, na sinceridade das suas convicções, não compreendia bem o assalto das desencadeadas paixões políticas. Quis renunciar para evitar dificuldades maiores ao governo; fortalecido, todavia, pela confiança e solidariedade de Rodrigues Alves, resiste à áspera investida. Na tarde de 10 de novembro de 1904 começaram as arruaças [...] O ministro da justiça, J. J. Seabra, e o chefe de Polícia, Cardoso de Castro, dirigem pessoalmente a resistência. Forças do Exército e da Marinha auxiliam a repressão policial. (p.180)

À medida que a repressão foi aumentando, alguns dirigentes da Liga Contra a Vacinação Obrigatória fugiram da cidade. A revolta popular que iniciou-se no centro da cidade aos poucos foi se deslocando para a região periférica, tendo como último foco de resistência o morro da Saúde, que foi brutalmente combatido pelas forças do governo com explosões de dinamite e bombardeio de um navio de guerra.

Após sete dias, com a tomada do último foco de resistência, as forças do governo venceram e foi cancelada a obrigatoriedade da vacina, mas ordenou-se a prisão dos líderes da Liga Contra a Vacina Obrigatória e dos militares que se rebelaram contra o presidente e a favor do povo.

Poucos dias depois o presidente da República anistiou os soldados, mas a maioria dos civis pobres foi presa, espancada, humilhada publicamente e enviada para o presídio que ficava na Ilha das Cobras, no litoral do Rio de Janeiro.

A revolta contra a obrigatoriedade da vacina não teve sua origem propriamente na questão da imunização em massa, mas pela imposição da lei, pelas condições de aplicação e ao tratamento dado àqueles que se posicionavam contra tal método. A revolta popular já vinha sendo gestada ao longo dos anos, com o abandono e privações pelas quais passava a população miserável. Na verdade era uma revolta contra a falta de dignidade e condições subumanas impostas às classes subalternas.

A opção por habitações coletivas, apontadas como responsáveis pelo surgimento de tantas doenças, devia-se à falta de melhores condições de vida da população pobre, à grande procura e à pouca oferta de moradias, que na falta dos infectos cômodos chegava a alugar esteiras para dormir em salões dos grandes pardieiros. Lugares em que várias pessoas, sozinhas ou com suas famílias, dividiam um mesmo espaço, onde reinava a promiscuidade, a falta de higiene e as mais diferentes doenças. (SEVCENKO, 1999)

Esses lugares, que proliferavam com grande rapidez por falta cada vez maior de moradias, tornavam-se o grande horror da burguesia, que responsabilizava seus moradores por esse estilo de vida.

Apropriando-se do discurso em defesa da higienização, empresários do setor imobiliário e investidores interessados nos bem localizados terrenos, onde estavam

construídos os casarões, empenhavam-se na luta pela demolição dos cortiços, como mostra Chalhoub (1990):

O discurso dos higienistas contra as habitações coletivas interessou sobremaneira a grupos empresariais atento às oportunidades de investimentos abertas com a expansão e as transformações da malha urbana da Corte: haveria, neste processo, um enorme potencial para a especulação na construção de moradias e no provimento da infra-estrutura indispensável à ocupação de novas áreas da cidade. A prestigiosa Ciência dos higienistas parecia legitimar as pretensões dos empresários ao insistir na necessidade de uma terapia radical no centro da cidade, e ao enfatizar sempre que a destruição das moradias consideradas insalubres e a diminuição da aglomeração de pessoas naquela área eram os dois motes essenciais de tal terapia. (p.17-18)

Quanto a transformação do mobiliário urbano, com a demolição dos velhos casarões – chamada pela população de “bota abaixo” – manifestou-se Machado (2002):

E inspirado em Paris, Pereira Passos iniciou a primeira reforma urbana do século XX no Rio de Janeiro. Entre 1902 e 1906 foram eliminados cortiços no centro da cidade, considerados os principais focos de doenças; abriu-se avenidas, como a Central e a Beira-Mar, substituindo várias ruas e embelezando a cidade; reformou-se o porto; instalou mais postes de iluminação, estendeu a rede de esgotos e aumentou o número de bondes; construiu grandes prédios, como a Biblioteca Nacional e o Teatro Municipal, com fachadas ricamente ornadas. Esta iniciativa recebeu a denominação de “Regeneração”, pois o governo acreditava que o Rio de Janeiro estava doente e que a reforma urbana era o remédio. Para regenerar foi preciso destruir cortiços, casas, quiosques etc. enfim, tudo o que fora a cidade até aquele momento, não respeitando casas, fachadas coloniais e eliminando muitos traços culturais do passado. Essa intervenção ficou conhecida como “Bota-Abaixo”. (p.7)

Esse período que enfatizava as mudanças para um novo estilo de vida e que ficou conhecido como a *Belle Époque*, trazia junto às urgentes transformações urbanísticas as ações para acabar com epidemias e endemias que afastavam os estrangeiros. Portanto, era preciso remodelar os comportamentos.

As mudanças de comportamento eram imprescindíveis para a concretização da Regeneração e estavam compreendidas aí as condenações de antigos hábitos como a prática de serenatas, assim como as festas populares e religiosas: Bumba-meu-boi, festa da Glória, malhação de Judas, a boemia e até o uso do violão, instrumento associado a marginalidade carioca.

Lima Barreto, um dos principais expoentes do chamado Pré-modernismo brasileiro, que viveu entre 1881 e 1922, foi um crítico mordaz da vida carioca no período da primeira república. Em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, publicado pela primeira vez em 1915, apresenta a figura quixotesca do personagem Policarpo Quaresma e seu nacionalismo exagerado, entretanto um homem de profunda honestidade.

Contemporâneo da regeneração, traça um panorama ao mesmo tempo bastante picaresco e crítico da sociedade carioca que busca a todo custo identificar-se com a modernidade, inclusive através da condenação dos hábitos populares.

Eram esses os seus hábitos; ultimamente, porém, mudara um pouco; e isso provocara comentários no bairro. Além do compadre e da filha, as únicas pessoas que o visitavam até então, nos últimos dias, era visto entrar em sua casa, três vezes por semana e em dias certos, um senhor baixo, magro, pálido, com um violão agasalhado numa bolsa de camurça. Logo pela primeira vez o caso intrigou a vizinhança. Um violão em casa tão respeitável! Que seria?

[...] Mas que coisa? Um homem tão sério metido nessas malandragens!

[...] À vista de tão escandaloso fato, a consideração e o respeito que o major Policarpo Quaresma merecia nos arredores de sua casa diminuíram um pouco. Estava perdido, maluco, diziam. Ele, porém, continuou serenamente nos seus estudos, mesmo porque não percebeu essa diminuição. (BARRETO, 1999, p. 14)

A área central do Rio de Janeiro ganhava nova vida e os grupos populares que até então ali habitavam foram expulsos aumentando ainda mais a crise de habitação e colaborando com o surgimento de favelas nos morros.

Com a remodelação da área urbana carioca, a burguesia da época passou a expandir sua sociabilidade pelas praças, avenidas e jardins. Com esses novos costumes surgiram o *footing*, os cursos, a exposição canina, o *five o'clock tea* entre outros. Os antigos saraus, restritos aos salões das casas, onde a elite se encontrava e usava tal ocasião para exibir roupas e jóias, passavam a ser substituídos pelo espaço público, que até a Regeneração não podia ser freqüentado, pois havia mais área pantanosa e detritos pelas ruas do que calçamento, sem falar naquela população “feia, pobre e perigosa de desordeiros e vagabundos” que perambulava pelas ruas, que além de enfeiar o ambiente punha em risco a segurança dos bem-nascidos.

Em carta datada de 13 de junho de 1906, a Francisco de Escobar (1865-1924), advogado e homem público, amigo e grande colaborador de Euclides da Cunha - inclusive na confecção de *Os sertões*, quando o autor viveu em São José do Rio Pardo - o próprio Euclides parecia se render ao fascínio da cidade “regenerada” quando solicita ao amigo que venha “pelo menos por 8 dias, contemplar um pouco as transformações do Rio.” (CUNHA, 1997, p. 305)

Em outra carta datada de 15 de agosto de 1907, a Domício da Gama (1862-1925), escritor e diplomata, este fascínio era mais explícito:

O Rio continua melhorando, aformoseando-se. A concorrência de estrangeiros, extraordinária. Os bondes e automóveis apinham-se de rubros saxões espantadíssimos e deslumbrados. Ressoam, nestes ares, **ohs!** Em todas as línguas. Até em castelhano... Há dias vinham no meu inaturalvel

bonde da Gávea nada menos de seis argentinos (seis argentinos, **es uma legión!**), e quando voltamos à Rua Voluntários, penetrando na Avenida Beira-Mar, o mais trêfego deles, precisamente o que me vinha a envenenar a bilis patriótica com uns instantes **mira! mira!** todas as vezes que deparava com uma negra de trunfa escandalosa, - precisamente este gringo irrequieto não se pode conter: **“Pero és hermosa, caramba!”**- rugiu e abalou do bonde, acompanhado dos companheiros eletrizados. Foi um encanto. Quero hoje um bem extraordinário ao anônimo gringo, que nem sei mais por onde anda, mas que é, com certeza, um artista inteligente e entusiasta. Assim nos rodeiam, cada vez mais velas (sic), as nossas opulências naturais. (CUNHA, 1997, p. 336)

Este fascínio teria fôlego curto. Em 16 de novembro de 1907, em carta ao mesmo amigo, Euclides da Cunha se contradisse sentindo nostalgia da simplicidade antiga:

A vida entre nós, como já disse noutra carta, mudou. Há um delírio de automóveis, de carros, de corsos, de banquetes, de recepções, de conferências, que me perturba – ou que me atrapalha, no meu **ursismo** incurável. Dá vontade da gente representar a ridícula comédia da virtude, de Catão, saindo por estas ruas de sapatos rotos, camisa em fiapos e cabelos despenteados. Que saudades da antiga simplicidade brasileira...(Mas isto é um desabafo réles, de sujeito que nunca resolveu o problema complicado de um laço de gravata!...). Adiante. (CUNHA, 1997, p. 341)

Tudo o que vinha da Europa e, principalmente de Paris, passava a ser o modelo adotado no Rio de Janeiro, pairava no ar uma espécie de desejo de ser estrangeiro. Não era de admirar que a população pobre não tivesse lugar nesse novo cenário.

Na tentativa de impedir retrocessos, exageros foram cometidos, como a criação dos movimentos da Liga Contra o Feio e da Liga de Defesa Estética, assim como leis que obrigavam o uso de sapatos e paletós, como nos mostra Sevecenko (1999):

Campanha mais reveladora dos excessos inimagináveis a que levava esse estado de espírito foi a criação de uma lei de obrigatoriedade do uso de paletó e sapatos para todas as pessoas, sem distinção, no Município Neutro. O objetivo do regulamento era pôr "termo à vergonha e à imundície injustificáveis dos em mangas-de-camisa e descalços nas ruas da cidade". O projeto de lei chegou a passar em segunda discussão no Conselho Municipal e um cidadão para o assombro dos mais cétricos, chegou a ser preso "pelo crime de andar sem colarinho". (p. 33)

Como vemos, as relações sociais, como sempre, eram mediadas por padrões econômicos e mercantis.

A situação das camadas mais pobres da população agravava-se com o aumento de colonos europeus que chegavam ao país e que se fixavam no Rio de Janeiro, dada a crise da economia cafeeira, como citado anteriormente, provocando um aumento populacional de 33% entre os anos de 1890 e 1900.

Essas crises econômicas e as transformações urbanas expuseram a população de baixa renda ao caos registrando considerável aumento das desordens e inseguranças, delinqüências infantil e juvenil, suicídios e o crescimento vertiginoso no número de internações no Hospício Nacional.

Sobre isso declara Sevckenko (1999):

Da mesma forma são freqüentes na imprensa os aplausos à perseguição policial aos bêbados e ao alcoolismo em geral, tido como fator notável de insegurança social: "assassinatos, suicídios, ferimentos, desordens, tudo produzido pelo álcool". Repetem-se as sugestões repressivas, ora enaltecendo a fundação de "sociedades de temperança", ora propondo o "fechamento dos botequins nos fins de semana", visto que o consumo de bebidas fortes cresce... em progressão geométrica".

Mais inquietante ainda era o crescimento súbito e desorientador do número de internamentos no Hospício Nacional. O dr. Domiciano Augusto dos Passos Maia, em tese apresentada à Faculdade de Medicina em 1900, arrola impressionantes dados quantitativos. No ano de 1889, registraram-se 77 entradas no Hospício; esse número subiu para 498 em 1890, caracterizando

um crescimento de 646 %, e elevou - se para 5 546 em 1898, ou seja, num aumento de 1 113 %! (p. 62)

O povo, impedido de realizar suas manifestações culturais, expulso de certas áreas da cidade, degredado social e moralmente, quando explodia em motins espontâneos era impossível contê-lo. Foi o que aconteceu com a “*Revolta dos Selos*”, “*O Quebra-lâmpioes*” e a “*Revolta da Vacina*”, esta última traduzindo o sentimento do povo contra a ditadura e imposição, da ciência da época e da classe dominante que transformava inúmeras vezes seres humanos em verdadeiras cobaias (Sevcenko, 1999, p.66).

Junto a esse agitado cenário da *Belle Époque* vários intelectuais brasileiros também marcaram com sua atuação. Eram homens que condenavam a sociedade fossilizada do Império, pregavam as grandes reformas redentoras como: Abolição, República, democracia, tendo a cultura européia como referência, isso exemplificado nas próprias palavras de Euclides da Cunha: “Estamos condenados à civilização. Ou progredimos, ou desaparecemos” (CUNHA, 1968, p. 54).

Importante ressaltar que junto às transformações urbanísticas surgiam outros sinais do progresso como a criação de novos troncos ferroviários que ligavam o Rio de Janeiro ao norte, sul e oeste do país, assim como a ligação telegráfica do país com a capital e a preocupação em reequipar o Exército e a Marinha de Guerra. Estavam criadas as condições necessárias para a divulgação, no exterior, do mito da “cidade maravilhosa” e a implementação do turismo, como apontou Machado (2002):

As grandes mudanças vividas pelo Rio de Janeiro até o início do século transformaram a paisagem da cidade, possibilitando a produção de imagens

de um Rio moderno, civilizado retratado nos cartões-postais por importantes fotógrafos dessa Belle Époque, como Augusto Malta e Marc Ferrez. Os cartões-postais passaram a ser o principal meio de correspondência particular brasileira (Cohen & Friedman, 1998, p. 15) e as paisagens do Rio de Janeiro, neles retratadas passaram a circular pelo mundo, despertando o interesse de muitas pessoas em conhecer as paisagens cariocas.

A reorganização do espaço favoreceu a expansão urbana para áreas de interesse do capital, como o litoral, graças à difusão de um estilo de vida moderno e saudável que promovia a valorização das áreas à beira-mar.

[...] Empresas estrangeiras de transporte expandiram os trilhos pela cidade facilitando o acesso a várias áreas da cidade, como o Jardim Botânico e até mesmo o Corcovado, cuja estrada foi a primeira a ser construída no Brasil para atender a fins de turismo exclusivamente, tendo sido aberta ao tráfego do Cosme Velho ao Alto do Corcovado no dia 1º de julho de 1885, tendo como presidente da estrada o Sr. Pereira Passos, que dezessete anos depois se tornou prefeito da Cidade do Rio de Janeiro e realizador de importante reforma urbana. (p. 8)

Essas mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais vinham acompanhadas pela valorização do pensamento científico e pelo positivismo.

É possível perceber que o clima no Brasil era de euforia em torno das mudanças e do novo, tudo que lembrasse o passado deveria ser banido, exterminado. A razão baseada no pensamento científico deveria se sobrepôr a qualquer outro pensamento.

Esse pensamento cientificista defendido pelas idéias positivistas condenava o antigo regime, monárquico, e enaltecia o novo modelo, a República.

A literatura não deixou de expressar a maneira pela qual os vários grupos antagônicos sentiam este momento, prenhe de convulsão social. Lima Barreto, já citado, reproduz o diálogo de dois militares, Albernaz e Caldas, que reafirmam a sua crença na disciplina e na ordem e condenam o “liberalismo” dos tempos imperiais, o qual é depreciado, sendo tomado como sinônimo de fraqueza:

-Decerto, Albernaz, não é possível continuar assim...Então, mete-se um sujeito num navio, assesta os canhões para terra e diz: sai daí seu presidente; e o homem vai saindo?...Não! É preciso um exemplo...

-Eu penso também da mesma maneira, Caldas. A República precisa ficar forte, consolidada...É incrível! Um país como este, tão rico, talvez o mais rico do mundo, é, no entanto, pobre, deve a todo o mundo...Por quê? Por causa dos governos que temos tido que não têm prestígio, força...É por isso. Vinham andando, à sombra das grandes e majestosas árvores do parque abandonado; ambos fardados e de espada. Albernaz, depois de um curto intervalo, continuou:

-Você viu o imperador, o Pedro II...

Não havia jornaleco, pasquim por aí, que o não chamasse de **banana** e outras coisas... [...]Um desrespeito sem nome! Que aconteceu? Foi-se como um intruso. (BARRETO, 1999, p.121)

Encontrando ambiente fértil para seu desenvolvimento dentro da Escola Militar era de se esperar que muitos dos idealizadores e defensores da República estivessem nas fileiras do exército.

Também sobre o positivismo e a “militarização” da República falará Barreto (1999):

Os militares estavam contentes, especialmente os pequenos, os alferes, os tenentes, e os capitães. Para a maioria a satisfação vinha da convicção de que iriam estender a sua autoridade sobre o pelotão e a companhia, a todo esse rebanho de civis; mas, em outros muitos, havia sentimento mais puro, desinteresse e sinceridade. Eram os adeptos desse nefasto e hipócrita positivismo, um pedantismo tirânico, limitado e estreito, que justificava todas as violências, todos os assassinios, todas as ferocidades em nome da manutenção da ordem, condição necessária, lá diz ele, ao progresso e também ao advento do regime normal, a religião da humanidade, a adoração do grão-fetichê, com fanhosas músicas de cornetins e versos detestáveis, o paraíso enfim, com inscrições em escritura fonética e eleitos calçados com sapatos de solas de borracha!...

Os positivistas discutiam e citavam teoremas de mecânica para justificar suas idéias de governo, em tudo semelhante aos canatos e emirados orientais. (p.125-126)

O Brasil começa o novo século, o novo regime com uma cultura de empréstimo, voltando as costas para o interior do país e valorizando toda a cultura vinda da Europa, fosse na música, na literatura, na moda, comportamentos entre outros.

O homem simples do interior brasileiro passou a ter ridicularizado seus costumes, crenças e até seu modo de trabalhar a terra e não demorou muito para ser responsabilizado pelo atraso econômico e cultural do Brasil.

Nesse contexto foi criada o personagem Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, que ajudou a identificar o homem do campo com o atraso e doenças que assolavam o Brasil. A imagem doente e fraca de Jeca Tatu representou fator importante para a concretização do projeto de trazer imigrantes para trabalhar na lavoura.

O pensamento cientificista que chegava ao Brasil vinha com o objetivo claro de dominação, como mostra Schwarcz em Abreu (1998).

[...] no caso brasileiro, a ciência que chega ao país em finais do século não é tanto uma ciência de tipo experimental, ou a sociologia de Durkheim ou de Weber. O que aqui se consome são modelos evolucionistas e social-darwinistas originalmente popularizados enquanto justificativas teóricas de práticas imperialistas de dominação. (...) esses modelos darão legitimidade científica à dominação europeia sobretudo nos continentes asiático e africano. Ganhava a ciência evolutiva e determinista de finais do século 19, portanto, uma visibilidade e penetração desconhecida até então. (p. 149)

Enquanto na capital do país o clima era de euforia, novidades e de mudanças, no interior do Brasil a situação era muito diferente: quanto mais se adentrava o interior mais grave ficava a situação de uma população cada vez mais marginalizada.

Na passagem do século XIX para o século XX, o Brasil possuía aproximadamente 85% de sua população analfabeta, vivendo em precárias condições sanitárias e conseqüentemente de saúde.

O advento da República trouxe novidades à vida da nação como a separação do Estado e da Igreja, a institucionalização do casamento civil e a cobrança de impostos, mas a concentração de terras e de rendas continuaria, em poder das elites, e a democratização do poder político, tão esperada, não chegaria.

Entre essas novidades a que imediatamente causou espanto na população foi a separação entre a Igreja e o Estado, que para a maioria católica conservadora representava desrespeito às leis divinas, principalmente no que se referia a instituição do casamento civil, como é observado nos versos da tradição oral nordestina, transcritos por Cunha (1968):

Sahiu D. Pedro segundo
Para o reino de Lisboa
Acabosse a monarquia
O Brasil ficou atôa!

Garantidos pela lei
Aquelles malvados estão
Nós temos a lei de Deus
Elles tem a lei do cão!

Bem desgraçdos são eles
Pra fazerem a eleição
Abatendo a lei de Deus
Suspendendo a lei do cão!

Casamento vão fazendo
Só para o povo iludir
Vão casar o povo todo
No casamento civil! (p.154)

No entanto, intelectuais como Euclides entusiasmam-se com a mudança, como demonstrado em artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, em 29 de março de 1892 por Cunha (1966e):

O separar a Igreja e o Estado, a idéia mais genuinamente democrática da nossa Constituição, o esplêndido golpe vibrado na burguesia clerical, que tentava o monopólio criminoso de todas as crenças, - devia certamente satisfazê-los, por isto mesmo que extinguiu a escravidão oficial do pensamento, e era o complemento necessário da liberdade política, Isto porque os anima um elevado espírito de tolerância que simultaneamente afasta das consciências o predomínio das seitas e faculta a estas o mais livre funcionamento. (v.1, p. 584)

Muitos elementos da antiga sociedade senhorial foram preservados e aperfeiçoados pela nova sociedade burguesa, como o controle da disciplina social.

No antigo regime as punições aos infratores eram feitas em público, para servirem de exemplos aos demais, como no caso dos escravos, porém na nova e moderna sociedade esse passou a ser um espetáculo grosseiro que feria as retinas da delicada e sofisticada sociedade. Para resolver tamanho inconveniente, desagradáveis cenas que lembravam uma sociedade atrasada foram transferidas para o interior dos presídios e porões de delegacias.

Mudou o regime político, regenerou-se o Rio de Janeiro, mas as práticas sociais eram as mesmas, com diferença de que agora eram camufladas, escondidas, para que tudo parecesse normal, para que se pensasse que o novo regime ia bem, que a sociedade estava satisfeita.

Outra prática assimilada pelas camadas médias ao chegarem ao poder e que era própria da aristocracia foi a da sociedade de corte, em detrimento dos méritos.

Sociedade de corte foi a expressão utilizada por Norbert Elias (2001) para explicar a política dos cargos herdados através da herança de família, ou das influências sociais, também mostrada por Ribeiro (1983):

Na França, por exemplo, o negociante endinheirado comprava um título de magistrado, que conferia a nobreza em decênios ou gerações: assim o comércio adquiria a toga, e com esta a honra. Essa mobilidade social bem regulada, garantindo a cada um a sua posição enquanto renovava o sangue pela moeda, fazia a etiqueta funcionar mais como um reconhecimento de diferenças sociais do que palco de uma real disputa pela precedência. (p.103)

As chances não existiam para aqueles que possuíam méritos para exercer cargos públicos, mas sim para aqueles que possuíam famílias e amigos influentes.

Essa situação perdurou no Brasil por muito tempo, assim como em outras partes do mundo e alinhar-se à modernidade também significava romper com esta prática, o que era muito difícil. Demolir casarões e construir largas avenidas e belas praças era muito mais fácil do que destruir antigos conceitos e procedimentos.

Daí a justificativa da burguesia que chegou ao poder junto com a República associando-se à aristocracia, buscando firmar-se no poder e legitimar suas ações, como ilustra Ribeiro (1983), já citado anteriormente:

Atrás do gesto fino e do sorriso não há nada – ou melhor, há a negação da própria sociabilidade que se finge. Mas, por isso mesmo, o arrivista enfatizará seus gestos; como não são mais medidos pelo antigo padrão, desligados que foram do referente que os continha, os significados proliferam. O exagero é a nova marca: polidez excessiva, sorrisos rasgados, para agradar a um superior; em compensação, um desprezo evidenciado pelos mais pobres. É no trato com o igual e o inferior que se denuncia o arrivista: temendo confundir-se com eles, manifesta uma frieza ostentada, artificial, procurando criar pelo excesso de índices uma superioridade que não existe.[...]É esta etiqueta do novo-rico ou do novo-nobre: calcada nos excessos, procurando afirmar uma superioridade pela humilhação do outro, ao avesso da antiga e discreta polidez, que consistia em honrar-se honrando. (p.105)

A importância das amizades e das influências era sentida nos mais diferentes campos, inclusive da intelectualidade. Qualquer homem nessa área precisava estar associado a nomes importantes para ser reconhecido e frequentar os lugares eleitos por esse grupo para poder firmar-se como intelectual.

A rua do Ouvidor no Rio de Janeiro era o local eleito para a intelectualidade expandir suas influências e mais ainda, a livraria Garnier era o templo onde se cultuava diariamente o saber e o prestígio adquiridos.

Todos que quisessem ser reconhecidos em seus trabalhos tinham que frequentar essas rodas de debates, que possuía Machado de Assis (1839-1908) como importante mediador, que nessa época já se consagrara como escritor de renome. Porém o problema era chegar a essas rodas, alguém que já possuísse algum mérito junto ao grupo se encarregava de trazer o pretendente a um espaço na Garnier.

Intelectuais de outras localidades do Brasil tinham que se deslocar ao Rio de Janeiro para terem seus trabalhos reconhecidos nacionalmente e publicados. Certo é que no Brasil da *Belle Époque* as editoras, que eram poucas, encontravam-se na capital do país.

Aqueles que não se ajustassem ao modelo imposto pela sociedade dos apadrinhamentos ficava marginalizado, tendo seus trabalhos publicados em folhetins, quando o conseguiam, ou o conseguiam publicar na Europa, mas muitas vezes responsabilizando-se pelas despesas, o que para a maioria, sem prestígio e sem dinheiro era impossível.

Há muitos exemplos clássicos dessa situação e um dos mais conhecidos é o de Lima Barreto, autor já citado nesse capítulo, contemporâneo do período focado por esse trabalho. Hoje, Lima Barreto é considerado importante representante da literatura pré-modernista no Brasil, mas mestiço e oriundo de família das camadas populares passou a vida tentando se firmar como escritor.

Ao descobrir, logo cedo, que sua origem social se colocaria como obstáculo ao longo de sua vida, às oportunidades e ao reconhecimento do seu trabalho, Lima Barreto tornou-se importante crítico desse sistema em sua obra, destacando-se como a voz do povo oprimido, que não tinha prestígio social, moradia, dinheiro, educação, saúde e tão pouco quem os ouvisse.

Em 1896 a livraria Garnier deixou de ser o espaço privilegiado para os literatos cedendo lugar para a Academia Brasileira de Letras, que teve Machado de Assis como seu fundador.

Lima Barreto, anos mais tarde, tentou seu ingresso na instituição por três vezes, sendo que na primeira tentativa sua inscrição não é nem considerada, na segunda não é eleito e na terceira desiste da candidatura.

O autor de *Triste fim de Policarpo Quaresma* e tantas outras obras reconhecidas, não foi a única voz a se levantar contra a ditadura das influências e amizades; outros, como o crítico literário Sílvio Romero também se posicionaram contra a chamada *sociedade de corte*, chegando a fazer ácidas críticas inclusive a Machado de Assis em diferentes oportunidades, fosse nos jornais ou em discursos proferidos na própria Academia Brasileira de Letras. Porém pela história de vida de muitos desses

intelectuais e principalmente de Lima Barreto, que nos reservamos em não detalhar nesse trabalho, é possível perceber que o mérito, quase sempre, era sobreposto pela origem e pela condição social do indivíduo.

Nesse cenário de mudanças políticas, econômicas, sociais, culturais, com as novas idéias chegando ao Brasil, como o positivismo e o cientificismo, as transformações da cidade do Rio de Janeiro, a luta em favor da meritocracia em detrimento da herança social, é que nasceu e se formou Euclides da Cunha, que recebeu todas essas influências que ajudaram na elaboração de seu pensamento.

CAPÍTULO III

O PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO REPUBLICANA

*Estamos condenados à civilização.
Ou progredimos, ou desaparecemos.*

Euclides da Cunha

3.1 – Educação: a base da nação

As transformações econômicas, sociais, políticas e culturais, pelas quais passava o Brasil no alvorecer do século XX e em especial a cidade do Rio de Janeiro, apresentavam uma elite brasileira que se identificava com as elites européias, pela imitação e não pela sua real condição.

O transplante cultural ali imposto conduzia à construção de um modelo de civilização que obrigava a elite nacional a virar às costas e negar a existência de tudo que lembrasse ou a identificasse com a massa popular "bárbara" vivendo num país "bárbaro", buscando de todas as formas entrar na rota da modernização.

O pensamento de modernidade que dominava a elite litorânea e fazia com que ela acreditasse ser *chic*, inovadora e alinhada com os padrões europeus, forçava cada vez mais o distanciamento com a população do interior do país.

Para essa elite, construir a nação moderna significava negar toda sua raiz histórica e sua gente.

Em um de seus textos Euclides da Cunha aponta o desconhecimento e o receio existente em relação às populações interioranas.

[...] O verdadeiro Brasil nos aterra; trocamos-lo de bom grado pela civilização mirrada que nos acotovela na Rua do Ouvidor; sabemos dos sertões pouco mais além da sua etimologia rebarbativa, desertus; e, a exemplo dos cartógrafos medievos, ao idealizarem a África portentosa, podíamos escrever em alguns trechos dos nossos mapas a nossa ignorância e o nosso espanto: *hic habent leones...* (CUNHA, 1966c, v. 1, p. 135)

O distanciamento entre a elite cosmopolita e a população que ficou de fora desse processo principalmente a população do interior do Brasil, foi alvo de críticas de intelectuais, como Euclides da Cunha. Analisando as mudanças pelas quais passava o país e o comportamento da elite cosmopolita, teceu críticas a tais procedimentos, onde as classes subalternas, excluídas do processo de modernização, acabavam sendo tratadas como estrangeiras dentro da própria terra, como é mostrado a seguir em *Os sertões*:

Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que palejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República. Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimo; respingando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade, mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos... (CUNHA, 1968, p. 153)

Embora em *Os sertões*, publicado em 1902, o autor tenha elaborado críticas à civilização de empréstimo e ao desconhecimento da população litorânea em relação à população do interior, ele também teve anteriormente, a oportunidade de interpretar equivocadamente nossos "rudes patricios" por desconhecê-los. Euclides também vivia no litoral, apesar de pertencer ao grupo de intelectuais opositores ao novo estilo de vida.

No ano de 1897, quando a Guerra de Canudos, no interior da Bahia, já ocupava o noticiário dos mais importantes jornais do país, Euclides escreveu dois artigos para o jornal *O Estado de São Paulo*, intitulados *A nossa vendéia*, onde o autor relacionava o movimento sertanejo do interior baiano com o movimento contra a Revolução de 1789, ocorrido em *Vendée*, na França.

Explicações dadas por Euclides para o sucesso da resistência canudense pairavam sobre o fanatismo religioso e a tentativa de restauração monárquica como mostra o artigo *A nossa vendéia I* (CUNHA,1966i):

Como na Vendéia o fanatismo religioso que domina as suas almas ingênuas e simples é habilmente aproveitado pelos propagandistas do Império. [...] O chouan fervorosamente crente ou o tabaréu fanático, precipitando-se impávido à boca dos canhões que tomam a pulso, patenteiam o mesmo heroísmo mórbido difundido numa agitação desordenada e impulsiva de hipnotizados. (v. 2, p. 578)

Os artigos *A nossa vendéia I* e *II* foram publicados respectivamente em 1897, em 14 de março e em 17 de julho e valeram a Euclides da Cunha o convite de Julio de Mesquita, responsável pelo jornal *O Estado de São Paulo*, para atuar numa atividade recém-inaugurada, a de correspondente de guerra.

O futuro autor de *Os sertões* partiu para Canudos com a convicção de tratar-se de um movimento contra a República. Chegou a região do conflito, quando o desfecho já se desenhava, porém não assistiu ao combate final. No período que lá esteve enviou, via telégrafo, várias reportagens, entre 7 de agosto e 1º de outubro de 1897, onde quase sempre se lia ao final a mesma saudação feita pelas tropas, aos superiores, ou quando investiam contra o arraial de Canudos: "Viva a República!" ou "A República é imortal!". Essas reportagens foram utilizadas algum tempo depois para a confecção do livro *Os sertões*, que a princípio deveria ter tido como título *A nossa vendéia*.

É interessante observar como a dualidade litoral/sertão se apresenta nos textos de Euclides. Em alguns momentos ele identificou o sertanejo e o movimento canudense como retrógrados, fanáticos, resistentes à República e à modernidade. Em outro momento é o litoral seu alvo de críticas por ser sem autenticidade e com uma "civilização de empréstimo", mas também possuindo habitantes tão perigosos quanto os do sertão, apenas lembrando episódios sangrentos da guerra, como decapitações e estupros cometidos contra os prisioneiros de guerra pelo exército republicano e a distribuição dos pequenos órfãos da guerra como troféus.

Em *Os sertões* quando comentou o episódio do empastelamento de jornais monárquicos no Rio de Janeiro colocou em dúvida até que ponto a rua do Ouvidor significava civilização e o sertão atraso quando expressou: "A rua do Ouvidor valia por um desvio das caatingas. A correria do sertão entrava arrebatadamente pela civilização adentro [...] O homem do sertão encourado e bruto, tinha parceiros porventura mais perigosos." (CUNHA, 1968, p. 273)

Ao aproximar-se do palco da guerra, Euclides iniciou um processo de revisão de suas impressões, principalmente relacionado à crença de tratar-se de um movimento de restauração monárquica e os reais propósitos da população do Arraial de Canudos.

Entretanto, curiosamente em *Os sertões*, que ficou conhecido como "livro vingador", Euclides da Cunha deixou registrado em suas páginas expressões como: "grande homem pelo avesso", "gnóstico bronco", "monstro", "paranóico", entre outros para qualificar pejorativamente Antônio Conselheiro, líder canudense que naquele momento era a representação da população sertaneja, deixando dessa forma algumas impressões contraditórias de seu pensamento em relação aos habitantes do interior do Brasil, pois no próprio livro refere-se ao sertanejo chamando-o de "Hércules-Quasímodo", ou com a clássica expressão: "O sertanejo é, antes de tudo um forte". (CUNHA, 1968, p. 86)

A contradição de Euclides, também encontrada em outros homens de seu tempo, pode ser justificada, a nosso ver, pela própria fragilidade existente no período de transição e na tentativa de solidificação de uma sociedade que passava por transformações.

Fragilidade que expunha tendências oscilantes entre o litoral e o sertão, o homem simples do interior e o homem cosmopolita e até entre os princípios da sociedade imperial e a republicana, como é o caso do republicano de renome, Benjamim Constant, mostrado por Cartolano (1994):

[...] Benjamin, que já nesta época manifestava a influência das obras de Comte em suas aulas de matemática na Escola Militar, vivia as

transformações desse seu tempo não costumando, contudo, manifestar-se sobre elas, a não ser em momentos de profundas crises institucionais. Deste modo, não se deve estranhar que mesmo em meio a essas agitações de ordem política e social, ele concordasse em receber nesse mesmo ano (1872), duas condecorações: uma como Oficial da Rosa (29 de fevereiro) e outra como Cavaleiro de Avis (30 de dezembro). A primeira dessas distinções monárquicas foi aceita apenas por condescendência, conforme o testemunho do Dr. Macedo Soares, a pedido do ex-senador João Alfredo que ponderara ser esta uma forma de agraciar os professores do Instituto do Meninos Cegos (T. Mendes, 1913:193). Quanto à segunda, Benjamin considerava-a um testemunho de sua digna carreira militar. No entanto, ao aceitá-la estava contrariando não só a si próprio, na sua acepção democrática da igualdade, como também os princípios positivistas, ambos radicalmente incompatíveis com tais recompensas. O pensamento republicano que então se difundia na sociedade brasileira, com seu maior número de adeptos nos núcleos de São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul, acreditava que tais condecorações, assim como quaisquer privilégios, só vinham servindo de instrumento de corrupção e de proteção aos medíocres. Nesse particular, Benjamin parecia ainda partilhar opiniões dominantes na sociedade do seu tempo, a despeito dos princípios doutrinários que desposara. (p. 62 - 63)

As contradições em Euclides e em seu tempo aparecem em diferentes momentos e episódios, como quando Euclides prestou concurso para a cadeira de Lógica, no afamado Colégio Pedro II, então Ginásio Nacional, no Rio de Janeiro, lecionando apenas alguns dias antes de sua morte. Embora tendo sido classificado em 2º. lugar o autor de *Os sertões* foi nomeado para o cargo, por interferência de homens influentes da época, como aponta Santana (2001):

Essa prática não era incomum e o próprio Euclides da Cunha viria a ser beneficiado pelo poder de escolha do governo federal quando do concurso para professor do colégio D Pedro II em 1909. Após obter o segundo lugar no concurso para a cadeira de lógica, a interferência de Coelho Neto e do Barão do Rio Branco garantiu a Euclides da Cunha a nomeação, sendo preterido o candidato Farias Brito, classificado em primeiro lugar. (p. 63)

Enfatizamos tal episódio para destacar as ações contraditórias nos comportamentos ocorridas no interior da sociedade brasileira naquele período, levando em conta que o ideário republicano condenava tais atos e privilégios. Era o ideário que

defendia a igualdade de oportunidades. Entretanto foi na própria República que as classes populares sentiram com mais força o peso da discriminação contra sua cultura e seu modo de vida, como apresentado no capítulo anterior, justamente o ideário republicano, que pregava a igualdade e a liberdade tratou de regenerar seus costumes e sua cultura tão "atrasados".

Euclides e vários intelectuais contemporâneos, entre eles muitos oriundos da Escola Militar como Cândido Mariano Rondon, cobertos pelo véu da ciência, passaram a professá-la de uma forma quase religiosa, acreditavam ser essa ciência a chave que abriria as portas para o verdadeiro talento e mérito, como explica Abreu (1998):

A crença numa nova ordem científica era basicamente a crença nos pressupostos evolucionistas da ascensão dos povos, pelo progresso, aos valores da civilização. Assim entendia-se que o caminho da ciência deveria estar aberto a todos, entre os quais por processo de seleção natural, se destacariam por mérito aqueles que tivessem verdadeiro talento.

...O domínio do instrumental científico e a hipervalorização da ciência eram utilizados como argumentos de autoridade por muitos jovens que como Euclides, possuíam pouco ou nenhum capital social herdado. Para esses, a possibilidade de trilhar uma bem-sucedida carreira e galgar posição de prestígio dependia unicamente da afirmação de uma nova ordem em que a competência e o mérito prevalecessem. Sua colaboração no jornal Província de São Paulo representava o início de uma carreira em que o saber adquirido era valorizado. (p. 83 - 84)

Acreditando e lutando pela meritocracia, esses homens surpreendem com episódios semelhantes ao do concurso do Colégio Pedro II, porém como já citamos anteriormente, mostram a fragilidade do período e transição entre Império e República, pela qual passava o Brasil.

Euclides em correspondência ao amigo Oliveira Lima, em 22 de dezembro de 1908, tentava justificar a mudança da carreira de engenheiro para professor, através

do concurso "numa grande ânsia de dar uma estabilidade à vida, por mim mesmo, sem precisar incomodar os amigos poderosos." (CUNHA, 1997, p. 397)

Muitos dos princípios do ideário republicano acompanharam Euclides em sua trajetória e ele as defendeu como a oportunidade de todos à educação.

Durante o tempo permanecido na Bahia, para fazer a cobertura da guerra (7/8/1897 a 16/10/1897), Euclides enviou ao jornal *O Estado de São Paulo* um artigo, entre outros, onde explicitava sua preocupação com as questões da integração dos "rudes patricios" à nação, apontando a educação como arma no combate ao "inimigo permanente" da população com três séculos de atraso, a correspondência era datada de 15 de agosto de 1897.

Os que governam reconhecem os inconvenientes graves que resultam, de um lado dessa insciência deplorável em que vivemos acerca das regiões do interior, de todo desconhecidas muitas, e, de outro, o abatimento intelectual em que jazem os que as habitam.

Sobretudo este último é um inimigo permanente.

Quando voltarem vitoriosas as forças que ora convergem aqui - completemos a vitória.

Que pelas estradas, ora abertas à passagem dos batalhões gloriosos, que por essas estradas amanhã silenciosas e desertas siga, depois da luta, modestamente, um herói anônimo sem triunfos ruidosos, mas que será, no caso vertente, o verdadeiro vencedor:

O mestre-escola. (CUNHA, 1966b, v. 2, p. 507 - 508)

Posteriormente, em *Os sertões*, o autor reafirmou a necessidade de uma outra intervenção naquela região, diferente da proposta pelo governo republicano naquele momento.

Eram, realmente, fragílimos aqueles pobres rebelados ...

Requeriam outra reação. Obrigavam-nos a outra luta.

Entretanto enviamos-lhes o legislador Comblain; e esse argumento único, incisivo, supremo e moralizador - a bala. (CUNHA, 1968, p. 155)

Mais adiante no livro o autor voltou a fazer afirmações semelhantes quando já narrava os momentos trágicos da guerra e os interrompe para fazer novas reflexões sobre os acontecimentos:

Decididamente era indispensável que a campanha de Canudos tivesse um objetivo superior à função estúpida e bem pouco gloriosa de destruir um povoado dos sertões. Havia um inimigo mais sério a combater, em guerra mais demorada e digna. Toda aquela campanha seria um crime inútil e bárbaro, se não se aproveitassem os caminhos, abertos à artilharia, para uma propaganda tenaz, contínua e persistente, visando trazer para o nosso tempo e incorporar à nossa existência aqueles rudes compatriotas retardatários. (CUNHA, 1968, p. 391-392)

Pertencente ao ideário republicano, a ampliação da oportunidade de educação a todos os cidadãos tornou-se comum nos discursos dos intelectuais do período, que vislumbravam aí uma das formas de integração dessa sociedade abandonada, como era o caso também de Silvio Romero, que "além de preocupado com os aspectos que singularizavam a nação brasileira, acreditava ser fundamental que o conjunto da população fosse 'educado nos destinos desta pátria', ou seja, incorporado à nação".(ABREU, 1998, p. 251)

Numa interpretação ingênua acreditava-se ser a educação a responsável pela mudança social.

Observada e analisada isoladamente do contexto geral, a educação surge nos discursos como a saída para os problemas da nação, assim mostra Nagle (2001):

[...] continuamente se discutem, se identificam e se analisam "os grandes problemas nacionais" , para os quais se propõem conjuntos muitas vezes contraditórios de soluções. Entre eles se privilegia o da escolarização, em muitos espíritos transformado no único e grave problema da nacionalidade. (p.135)

A sociedade brasileira nos últimos quartéis do século XIX vinha passando por um desenvolvimento urbano-comercial e o domínio das técnicas da escrita e da leitura tornavam-se imprescindíveis para o novo modelo de produção que se apresentava.

Resolver o problema do analfabetismo passou a ser tarefa cada vez mais urgente e para isso são iniciadas campanhas que visavam chamar atenção para isso como mostra Ribeiro (2001).

Campanhas proclamando a necessidade da difusão da escola primária foram organizadas. Eram lideradas por políticos que, enquanto tais, reconheciam a necessidade da difusão especialmente da escola primária como base da nacionalidade, o que fez com que alguns defendessem não só o combate ao analfabetismo, como também a introdução da formação patriótica, através do ensino cívico. (p. 82 - 83)

Para Euclides o projeto de construção da nação republicana passava, entre outros, pelas questões educacionais. Pensamento que teve seu instrumental científico adquirido nos anos passados na Escola Militar e, aparece em diferentes textos e atividades desenvolvidos pelo escritor durante sua vida.

Euclides deixou o exército em 1896, pediu a reforma quando ocupava o posto de tenente, em suas próprias palavras "uma aspiração antiga: abandonar uma farda demasiadamente pesada para meus ombros..." (CUNHA, 1997, p. 31)

Segundo apontam seus biógrafos, passou a trabalhar como engenheiro na Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo. No ano de 1902, meses antes do lançamento de *Os sertões* e de sua consagração como escritor, é designado para fazer um reconhecimento nas Ilhas dos Búzios e da Vitória no litoral paulista, onde pretendia-se em uma delas a construção de uma colônia penal.

No relatório apresentado à Superintendência de Obras Públicas, datado de 8 de junho de 1902, intitulado *As ilhas dos Búzios*, o engenheiro deixou suas impressões a respeito da questão da incorporação de populações esquecidas e seus territórios abandonados chamando a atenção para uma ação governamental mais eficiente.

Elas persistem no mesmo estado rudimentar.

Na única realmente povoada, a de Vitória, entre 358 pessoas, somente duas sabem ler e escrever. Um professor que ali esteve, há tempos, pouco se demorou, abandonando-a como quem foge a um degredo inaturável.

Por outro lado, nenhum sacerdote houve ainda bastante abnegado para procurar a população esquecida, que é, digamo-lo de passagem, fervorosamente cristã.

Deste modo aqueles lugares, tão próximos do litoral, estão como que abandonados sem terem definidos os próprios nomes - como se estivessem a desmarcadas distâncias, em pleno Atlântico...

Merecem, contudo, alguma atenção.

Posto que diminutíssima a fração de nossa gente que por ali moureja, numa atividade primitiva, enérgica e penosa, faz jus a melhores destinos. E uma escola - mesmo modestíssima - traduziria a mais bela intervenção dos poderes constituídos, no sentido de incorporar a uma Pátria, que não conhecem, aqueles desprotegidos patricios. (CUNHA, 1966f, v.1, p. 668)

A preocupação com a questão da instrução passava a ser comum entre os intelectuais da época e essa discussão, que ganhou força com o advento da República, foi avançando nas décadas seguintes como mostra Nagle (2001):

O entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico, que tão bem caracterizam a década de 1920, começaram por ser, no decênio anterior, uma atitude que desenvolveu nas correntes de idéias e movimentos políticos-sociais e que consistia em atribuir importância cada vez maior ao tema da instrução, nos seus diversos níveis e tipos. É essa inclusão sistemática dos assuntos educacionais nos programas de diferentes organizações que dará origem àquilo que, na década de 1920, foi sendo denominado de entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico. (p.135)

Euclides teve a oportunidade de vivenciar o magistério por duas vezes, a primeira na Escola Militar em 1892, ficando no cargo aproximadamente um ano, como mostra Santana (2001):

Já formado engenheiro, Euclides da Cunha foi nomeado em 2 de julho de 1892, por designação da Congregação, coadjuvante de ensino teórico da Escola Militar, exercendo o cargo de substituto interino da segunda seção, ficando neste cargo até o dia 16 de agosto de 1893, conforme consta na página 12 do 6º. Livro de Assentamentos dos Lentes, e Professores, e Adjuntos. (p.48)

A segunda oportunidade foi em 1909 quando Euclides prestou concurso para a cadeira de Lógica, no afamado Colégio Pedro II, então Ginásio Nacional, no Rio de Janeiro.

Euclides tentava lecionar também na Escola Militar do Rio Grande do Sul e no Ginásio de Campanha (MG), não chegando a fazê-lo, mas seu grande desejo foi de lecionar na Escola Politécnica de São Paulo.

Em correspondência ao amigo Reinaldo Porchat, que no futuro viria a ser o primeiro reitor da Universidade de São Paulo (USP), quando ainda falava em deixar a carreira militar expressava o desejo de "passar a vida numa função mais tranqüila, mais fecunda e mais nobilitadora." (CUNHA, 1997, p. 31)

A função a qual se referia o autor da carta era a de professor da Escola Politécnica. Desejo nunca realizado, certamente por suas contundentes considerações a respeito do projeto de implantação da escola.

Fundada e dirigida, durante décadas, pelo engenheiro Francisco de Paula Souza a escola surgiu com as necessidades impostas pela modernização trazida com o advento da República e crescente urbanização, segundo Santana (2001):

A elite cafeeira paulista precisava enfrentar as mudanças, preparando-se para o exercício de novas funções advindas com o desenvolvimento econômico e a conseqüente urbanização. Nesse contexto não é difícil compreender por que a Escola Politécnica de São Paulo foi a primeira instituição de ensino superior criada pelo governo de São Paulo após a

República, sendo considerada uma Instituição Modelar de Ensino Superior durante toda a primeira república (Nadai, 198:64).

Fundada em 1893, a Escola Politécnica tem sua origem relacionada a determinação do Congresso Legislativo do estado de São Paulo de criar uma Escola de Engenharia. (p. 52-53)

O modelo de ensino adotado pela Escola Politécnica de São Paulo era suíço, diferente das Escolas Politécnicas do Rio de Janeiro e de Minas de Ouro Preto cujos modelos eram franceses. Euclides "analisou a proposta [...] com base em um enfoque positivista, com ênfase no que considerou uma quebra de hierarquia na 'classificação científica'..." (SANTANA, 2001, p. 55)

Isso o motivou a escrever, dois artigos para o jornal *O Estado de São Paulo* criticando, o modelo e a organização da escola.

Tentando destacar as falhas no projeto de implantação da Politécnica, segundo sua ótica, como a inexistência de uma cadeira de Astronomia, Euclides iniciou sua justificativa apontando que se afastava do considerado a questão fundamental: a presença do Estado no desenvolvimento da educação, seguindo com contundente crítica ao poder público por ter deixado nas mãos de outros a responsabilidade da organização dos programas a serem estudados, no caso o diretor da escola, como citado no artigo "*Instituto Politécnico*" (CUNHA, 1966g):

Levamos a imparcialidade mesmo ao ponto de afastar do início do assunto a questão fundamental que se refere à intrusão do Estado no desenvolvimento do ensino. Está hoje limpidamente demonstrado que este cresce na razão inversa da proteção daquele; e que os programas oficiais, estáveis mudando-se com intervalos mais ou menos longos, por meio das reformas periódicas, imobilizam a instrução, no meio da movimentação sempre ascensional e crescente dos conhecimentos.

[...] se sobre o projeto em questão se refletisse o brilho de uma orientação segura-o que é a garantia mais robusta da ação legislativa.

[...] Nada há mais ali além da enumeração arbitrária de matérias e a fixação do prazo de três anos, em que devem ser estudadas, segundo programas organizados pelo futuro diretor da escola.

O legislador abdica, assim, num terceiro, que pode ser um incompetente. De sorte que a organização do projeto pertencerá afinal a este e não ao poder legislativo que a devia formular.

Já que temos um Congresso destinado a legislar, semelhante incompetência, tacitamente formulada - é um desastre e uma profunda desilusão para todos. (v.1, p. 387-390)

Embora a crítica, no texto acima, seja especificamente com relação a organização dos programas a serem estudados na Escola Politécnica, é possível perceber a crítica de Euclides com relação a ação governamental nas questões educacionais, não apenas no episódio da Politécnica, como em outros textos já citados anteriormente.

Mais explicitamente, sua preocupação com a educação aparece em um texto de 1º. de maio de 1899, por ocasião das festividades do dia do trabalhador, quando redige uma mensagem e um programa a favor da classe trabalhadora no jornal intitulado *O proletário*, que pertencia ao órgão do Clube Democrático Internacional "Filhos do Trabalho" de São José do Rio Pardo, cidade do interior de São Paulo. No segundo parágrafo do programa Cunha (1966l) declara:

Escolas gratuitas, com o ensino leigo e obrigatório para todas as crianças, sem distinção de sexo, de cor e de nacionalidade, tendo as crianças pobres todo o necessário para freqüentar as escolas: roupas, comida, cuidados médicos, farmácias, etc. etc. (v. 1, p.528)

Militante republicano, Euclides procurou chamar à responsabilidade o poder público para que colocasse, efetivamente em ação, os projetos de cidadania do ideário republicano entre eles a educação, fosse no sertão do Brasil, no litoral, na capital paulista, ou no país como um todo.

3.2 – A construção da base física da nação

O projeto de construção da nação para Euclides não se limitava apenas às questões educacionais, mas também a integração das populações do interior que estavam condicionadas a outro fator defendido por Euclides: "a base física' era fonte, sustentáculo e etapa preliminar de um grande projeto de construção da nação." (ABREU, 1998, p. 274)

Com a passagem do Império para a República o Brasil se viu colocado na rota da modernização, associado aos novos pensamentos científicas que rondavam a Europa e chegavam ao Brasil através dos vários propagandistas do novo estilo de vida.

A profissão de engenheiro trazia no fim do século XIX todo o simbolismo de remodelação e reformas necessárias para colocar o país em dia com o progresso. Ao engenheiro cabia a missão de virar a página da história de um país atrasado, para escrever a história de um país moderno.

Esse movimento na passagem do século fez com esses profissionais chamassem a si a responsabilidade pela construção da nação republicana como mostra Abreu (1998):

Na virada do século, os engenheiros dedicaram-se a construir pontes, estradas, vias férreas e a instalar estações telegráficas, unindo os diversos pontos do país. Apóstolos do progresso, a maior parte deles tomava para si a tarefa de construir materialmente a nação; havia, entretanto, diferenças entre eles, ao menos entre engenheiros civis e militares. (p. 89)

Como citado no capítulo I, os jovens que ingressavam na Escola Militar pertenciam as camadas médias e baixas da população, obviamente que os engenheiros

militares, formados por essa Escola, distinguiam-se dos engenheiros civis formados pela Escola Politécnica, principalmente por sua origem social, pois a formação técnica, essencialmente, era a mesma, se nos reportarmos ao fato da Politécnica ter se originado no seio da Escola Militar em 1874, também as tendências positivistas e republicanas pairavam sobre ambas, que tiveram Benjamin Constant como professor. Embora quando entrou na Politécnica, para lecionar no curso de Engenharia (1872), Benjamin já tenha encontrado essas tendências ganhando força entre professores e alunos, sua militância só fez aumentar a simpatia por elas.

A diferença entre engenheiros civis e militares era sentida principalmente no mercado de trabalho, pois os primeiros sendo oriundos das famílias mais abastadas, acabavam dedicando-se a cargos políticos, ou públicos conseguidos por influência familiar.

Euclides faz a defesa da classe trabalhadora e do fim dos privilégios no texto “*Mensagem aos trabalhadores*” publicado em 1º de maio de 1899, pronunciando-se em favor da justa distribuição de renda aos trabalhadores e contra os privilégios:

[...] mais nobre e fecunda das aspirações humanas: a reabilitação do proletariado pela exata distribuição da justiça, cuja fórmula suprema consiste em dar a cada um o que cada um merece. Daí a abolição dos privilégios quer do nascimento, quer da fortuna, quer da força. (CUNHA, 1966l, v. 1, p.529)

Para os engenheiros militares, que na grande maioria era oriunda das classes menos favorecidas, a profissão significava um emprego de onde advinha o próprio sustento, por isso para esses jovens a luta pelo reconhecimento de sua capacidade e

competência tornavam-se fundamentais, era uma nova ordem que procurava se estabelecer.

Trazida pelo ideário republicano, essa nova ordem, a meritocracia veio associada a crença numa visão cientificista que acreditava na evolução e ascensão dos povos, aliada ao progresso e aos conceitos de civilização. Dentro dessa visão venceriam apenas os que realmente tivessem talento, através do chamado processo de seleção natural, dessa forma o mérito passaria a ser a medida utilizada para a ocupação de cargos e tudo legitimado pelas mãos da ciência.

A valorização do mérito por parte desses engenheiros devia-se a formação desses profissionais dentro da Escola Militar. Jovens que condenavam o antigo estilo de administrar, pela influência familiar ou de amigos, e tinham por ideal construir uma sociedade baseada em princípios meritocráticos, pois essa era a única forma de ascensão social para quem não possuía capital social herdado.

Dentro desses princípios, os engenheiros militares consideravam-se "vanguardas de uma nova ordem, [...] atribuíam para si a tarefa de conduzir os povos espalhados pelo imenso território do país aos graus mais elevados da vida civilizada." (ABREU, 1998, p. 95)

Construir a nação republicana idealizada por esses homens, assim como para Euclides, significava adentrar pelo interior do país e construir obras vitais que modernizassem as cidades e colocassem sua população na rota da modernidade: "Não há mais elevada missão à nossa engenharia." (CUNHA, 1966c, v. 1, p.132)

Exemplo pontual desse comportamento encontramos em Cândido Mariano Rondon, que como engenheiro militar foi designado para integrar a comissão de construção de linhas telegráficas, objetivando principalmente através do telégrafo, unir o país.

Essa foi a primeira missão para a qual Rondon foi designado, ficando conhecido posteriormente por tantos outros projetos de integração nacional e por seu trabalho de proteção aos índios.

Euclides, como seus contemporâneos da Escola Militar, também deixou sua contribuição naquilo que defendeu ser a construção da base física da nação com trabalhos realizados em várias cidades do interior do Brasil.

Em 28 de março de 1894, após críticas publicadas no jornal carioca *A Gazeta de Notícias* contra a execução sumária dos prisioneiros políticos, proposta pelo senador João Cordeiro, em favor do governo de Floriano Peixoto, por ocasião da Revolta da Armada, Euclides foi transferido para a cidade mineira de Campanha, onde executou o trabalho de adaptação do prédio da Santa Casa de Misericórdia para um quartel.

Entre os anos de 1898 e 1901, ocupando o cargo de engenheiro na Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo, fiscalizou as obras de reconstrução da ponte metálica sobre o rio que corta a cidade de São José do Rio Pardo.

Obra de vital importância para a economia cafeeira da região visava o escoamento da produção do sul de Minas Gerais ao porto de Santos através da ferrovia.

Nesse período que foi chamado por alguns estudiosos da vida e da obra de Euclides de "período paulista", o engenheiro enquanto construía a obra responsável pelo

desenvolvimento e integração daquela região do interior dava forma a seu livro *Os sertões*.

Entre os anos de 1902 e 1903 trabalhou no 2º. Distrito de Obras Públicas do Estado de São Paulo construindo em 31 cidades do Vale do Paraíba pontes de madeira e metálicas, pontilhões, diversos prédios para escolas isoladas, grupos escolares e prédios para cadeias.

No período de 1901 a 1904 Euclides publicou na imprensa diversos textos que em 1907 foram reunidos em livro e publicado com o título de *Contrastes e confrontos*.

A coletânea de 27 estudos tratava principalmente de assuntos brasileiros e entre eles apresenta sob o título de *Plano de uma cruzada* a preocupação com as questões voltadas a integração do Brasil e sua relação com as secas nordestinas chegando a sugerir o desvio das águas do Rio São Francisco como uma interferência da engenharia na vida e na natureza nordestina.

[...] uma restauração parcial da terra; a arborização em vasta escala com os tipos vegetais que, a exemplo do juazeiro, mais se afeiçoem à rudeza climática das paragens; as estradas de ferro de traçados adrede dispostos ao deslocamento rápido das gentes flageladas; os poços artesianos, nos pontos em que a estrutura granítica do solo não apresentar dificuldades insuperáveis; e até mesmo uma provável derivação das águas do S. Francisco, para os tributários superiores do Jaguaribe e do Piauí, levando perpetuamente à natureza torturada do Norte os alentos e a vida da natureza maravilhosa do sul...

É, por certo, um programa estonteador; mas único, improrrogável, urgente. (CUNHA, 1966c, v. 1, p.133)

Reafirmou sua crença inabalável na missão civilizadora da engenharia através da construção e do domínio da base física da nação.

[...] para que nos aparelhemos de uma série completa de elementos garantidores de uma ação decisiva, faz-se mister que este problema urgentíssimo das secas seja um motivo para que demos maior impulso a uma tarefa, que é o mais belo ideal da nossa engenharia neste século: a definição exata e o domínio franco da grande base física da nossa nacionalidade. Aí está a nossa verdadeira missão. (CUNHA,1966c, v.1, p.137)

Mais adiante, ainda no mesmo texto, voltou a apontar o descuido com relação ao interior e sua certeza na base real da nação:

Deslumbrados pelo litoral opulento e pelas miragens de uma civilização, que recebemos emalada dentro dos transatlânticos, esquecemo-nos do interior amplíssimo onde se desata a base física real da nossa nacionalidade. (CUNHA,1966c, v.1, p. 140)

Em *A margem da história*, obra publicada em 1909, alguns meses após sua morte, mas que chegou a ser revista pelo próprio Euclides, a questão da interiorização do Brasil foi uma preocupação sempre presente. Nesse livro que contém 12 ensaios, no estudo intitulado *Transacreana*, o autor sugeriu a abertura de uma ferrovia, de mesmo nome, que cortasse o Estado do Acre, promovendo a incorporação dessa região esquecida, ou talvez desconhecida do restante do país.

Sugerindo o aproveitamento estratégico da região chamou a atenção do governo para os esforços empreendidos pelas populações locais no que dizia respeito a comunicação.

A intervenção urgentíssima do Governo Federal impõe-se como dever elementaríssimo de aviventar e reunir tantos esforços parcelados. Deve consistir, porém no estabelecimento de uma via férrea - a única estrada urgente e indispensável no Território do Acre. (CUNHA,1966h, v. 1, p. 282)

Procurou, em seu texto, demonstrar a função diferenciada que teria a estrada de ferro no Acre, de distribuir o povoamento, com as estradas de ferro do sul do país, que era de levar o povoamento ao interior.

A estrada de Cruzeiro do sul ao Acre não irá como as do sul do nosso país, justapondo-se à diretriz dos grandes vales, porque tem um destino diverso. Estas últimas, sobretudo em S. Paulo, são tipos clássicos de linha de penetração: levam o povoamento ao âmago da terra. Naquele recanto amazônico esta função, como vimos, é desempenhada pelos cursos de água. À linha planeada resta o destino de distribuir o povoamento, que já existe. É uma auxiliar dos rios.
Corta-lhes, por isto, transversa, os vales. (CUNHA,1966h, v. 1, p. 282)

E coloca a questão da economia de tempo com o deslocamento entre um ponto a outro como questão indiscutível: "Realizar-se-a em dois dias a viagem de Cruzeiro do Sul ao Acre, que hoje, nas quadras mais propícias, dura mais de um mês." (CUNHA,1966h, v.1, p. 285)

Apontando para questões econômicas procurou estrategicamente demonstrar as vantagens econômicas da implantação de Estradas e ferro, mas sempre deixando transparecer que as maiores vantagens viriam do processo de integração.

A engenharia de estradas de ferro definem-na os norte-americanos nesta fórmula concisa e irredutível: é a arte de fazer um dólar ganhar o maior juro possível.
Dobremo-nos ao preceito barbaramente utilitário.
O valor econômico daquele traçado é incalculável. E evidencia-se sob múltiplas formas; sendo naturalmente mais dignas de apreço as mais remotas, oriundas do progredimento ulterior, inevitável, da região atravessada. (CUNHA,1966h, v.1, p.285)

Para justificar seu pensamento apontou as vantagens desse novo meio de transporte para a safra de borracha na região, que no ano de 1905 produziu 8.639.118 kg. e cujos [...] “rendimentos tenderão a duplicar, não já em virtude de um desenvolvimento remoto, senão pelo simples fato da abertura do caminho.” (CUNHA,1966h, v.1, p.285)

Embora em seu texto se utilizasse de muitos cálculos para convencer sobre as vantagens econômicas, fica-nos claro que foi uma forma estratégica utilizada para convencer daquilo que ele realmente acreditava: [...] “o que se deve ver naquela via-férrea é, sobretudo, uma grande estrada internacional de aliança civilizadora, e de paz”. (CUNHA,1966h, v. 1, p. 288)

Para Euclides: [...] “a necessidade urgentíssima, improrrogável de incorporarmos à nossa história as obscuras sociedades sertanejas...” fez parte de seu discurso em vários textos que se seguiriam ao longo de sua carreira. Como nos artigos publicados no jornal *O Estado de São Paulo* em 18 e 19 de março de 1902 com o título *Olhemos para os sertões*. (CUNHA,1966j, v.1, p. 502)

É importante perceber no trecho citado anteriormente o pensamento científicista predominante na época, o da superioridade das raças. Euclides falou das sociedades sertanejas como “*obscuras*”, por isso precisam ser incorporadas, trazidas à luz do conhecimento e superioridade das raças litorâneas, entretanto mais adiante se expressou de forma contraditória ao falar da população litorânea: “Diminuamos o apego exclusivista ao litoral. Não nos absorvamos de todo ao contemplar o espantinho dessa civilização suspeita [...] Olhemos para os sertões”. (CUNHA,1966j, v. 1, p. 504)

O contato com os habitantes do interior do Brasil e a experiência vivida na região de Canudos fez com que ele tivesse uma visão mais cautelosa da forma como deveria se dar o processo de incorporação.

As gentes sertanejas, com seus hábitos antigos, vezadas aos remansos de uma vida primitiva, não poderão, certo, ascender de chofre ao nosso meio.

Esta intimidade indispensável far-se-á através de uma evolução que devemos provocar auxiliando, mas não dispensando um fator valiosíssimo - o tempo. (CUNHA,1966j, v. 1, p. 498)

Euclides apontou as classes dominantes como responsáveis pelos atrasos no desenvolvimento da nação quando se opõem, mesmo de forma tímida, as mudanças.

Nada mais límpido. Realmente, as catástrofes sociais só podem provocá-las as próprias classes dominantes, as tímidas classes conservadoras, opondo-se à marcha das reformas - como a barragem contraposta a uma corrente tranqüila pode gerar inundação. (CUNHA,1966c, v. 1, p.195 - 196)

Para Euclides o projeto de construção da nação baseado no ideário republicano passava pelo investimento em seu povo através da educação e pela construção de sua base física, através principalmente da ação dos homens que assumiram para si tal responsabilidade, os engenheiros. Lembrando ainda a presença de Euclides a frente de vários projetos pelo interior do país fosse nas construções de pontes e escolas, ou em viagens de missões diplomáticas de reconhecimento de fronteiras como as realizadas pela região amazônica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois da nossa vitória, inevitável e próxima, resta-nos o dever de incorporar à civilização estes rudes patricios que - digamos com segurança - constituem o cerne da nossa nacionalidade.

Euclides da Cunha

Euclides da Cunha como homem de seu tempo viveu intensamente as transformações pelas quais passava o país e alimentou a crença na República como sendo a forma mais elevada de governo, que levaria a sociedade a um renascimento, como é mostrado em uma das crônicas do conjunto intitulado "*Atos e palavras*", publicado no jornal *Província de São Paulo* em 1889.

[...] e quando, amanhã, partido o último dente da medonha engrenagem política, que há tempo realiza a inglória tarefa do esmagamento completo das grandes idéias - aquela cair - o advento da República não indicará a vitória de um partido - exprimirá o renascimento de uma sociedade. (CUNHA, 1966a, v. 1, p.559)

Entretanto como outros homens de seu tempo Euclides da Cunha também viu a "República idealizada" ser obrigada a dar espaço à "República possível", como mostra Nagle (2001):

O "espírito republicano", formado no embate ideológico dos fins do Império, se arrefecera gradualmente durante as três primeiras décadas da implantação do novo regime. A República idealizada teve que sofrer amputações para se ajustar às condições objetivas da existência social brasileira dos primeiros trinta anos. Dessa maneira, da República teoricamente construída, de acordo com determinados níveis de aspiração, restou a República possível, realizada sob a orientação e a pressão das forças sociais mais ponderáveis da situação histórico-social do período. Daí o desânimo - mais que o desânimo, as desilusões e as frustrações - que dominaram a mentalidade dos homens públicos, dos pensadores, dos intelectuais e dos educadores que viveram durante a Primeira República até cerca de 1920. (p. 135)

Os republicanos históricos baseavam a sua convicção e atuação nos pressupostos positivistas e numa determinada vertente do liberalismo - uma vez que acreditavam no papel nivelador da educação, encarada como meio para a equalização social - a "República real" demonstrou-se mais centralizada do que havia sido o Império e com concepções muito mais rígidas para com as camadas populares e suas manifestações culturais.

A centralização política e a hipertrofia do poder executivo, que ficou patente, de forma marcante, nos dois primeiros governos republicanos, pareceu desagradar a Euclides da Cunha, que viu até mesmo seus antigos mestres despirem-se de sua ideologia e adotarem posturas mais pragmáticas. A "República da espada" foi substituída pela "República do café com leite", onde reinou soberana a oligarquia formada pelos grandes latifundiários, paulistas e mineiros.

Nesse momento, de sedimentação dessa "República possível" o ideário republicano ficou cada vez mais associado à manutenção do *status quo*, tendo havido ao longo do processo apenas a mudança de terminologia: o "barão" se transformou em "coronel", na bandeira o verde dos Bragança se tornou o verde de nossas matas e o

amarelo dos Habsburgo se tornou o amarelo do nosso ouro e até o Hino imperial ganhou nova letra , mas manteve a melodia. (SCHWARCZ, 1999, p.475)

Episódio que ilustra exemplarmente o quão pouco mudaram as antigas estruturas sociais na República Velha foi o que envolveu o Barão do Rio Branco:

Era dessa maneira que, em meio a um duplo ato falho, extinguia-se a titularidade. Floriano Peixoto enviou correspondência a Rio Branco informando-o sobre a medida. Nessa ocasião, teria endereçado o envelope ao "Barão do Rio Branco", e este de pronto teria respondido com um "ciente" e traiçoeiramente assinado "Barão do Rio Branco". Além desse deslize, há outro: na Constituinte de 1891, vários nobres assinaram como titulares, e sem usar parênteses. (SCHWARCZ, 1999, p.194)

O Barão do Rio Branco exemplificou uma das contradições dessa jovem república, que não se queria "aristocrática", mas manteve-se oligárquica, que se instaurou pelas mãos de liberais e positivistas, mas manteve-se graças à centralização e ao militarismo. Filho do Visconde do Rio Branco, ele herdou não só o prestígio como o nome do pai, um ilustre representante da elite do Império e "apesar de monarquista convicto, não deixou de ser convocado, anos mais tarde, por Rodrigues Alves para exercer o cargo de Ministro das Relações Exteriores, no qual se manteve até a sua morte em 1912." (SCHWARCZ, 1999, p. 474-475)

Paradoxal que a República, que sucedeu ao Império, a qual nominalmente acreditava nas virtudes redentoras da educação para nivelar a sociedade e desenvolver o exercício da cidadania, condenasse todas as manifestações populares e segregasse a população pobre aos morros da periferia do Rio de Janeiro. Euclides da Cunha não ficou alheio a essa contradição, que gerou nele o desencanto e a decepção com o regime com o qual até há pouco ele se identificava.

Tendo uma visão idealista e até mesmo romântica do novo regime, segundo os padrões atuais, o jovem que acreditava ser a República a forma mais elevada que uma sociedade poderia atingir, no ano de 1892, em correspondência escrita ao pai confessou seus temores dizendo: "desconfio muito que entramos no desmoralizado regime da especulação mais desensofrida e que por aí pensa-se em tudo, em tudo se cogita, menos na Pátria." (CUNHA, 1997, p. 30)

E continuou na mesma correspondência apontando a queda das ilusões e alguns dos protagonistas desse triste enredo, como seu antigo mestre Benjamin Constant.

Imagine o sr. que o Benjamin, o meu antigo ídolo, o homem pelo qual era capaz de sacrificar-me, sem titubear e sem raciocinar, perdeu a auréola, desceu à vulgaridade de um político qualquer, acessível ao filhotismo sem orientação, sem atitude, sem valor e desmoralizado - dói-me dizer isto - justamente desmoralizado. Eu creio que se não tivesse a preocupação elevada e digna que me nobilita, teria de sofrer muito, ante esse descalabro assustador, ante essa tristíssima ruínia de ideais longamente acalentados... Eu sinto-me feliz considerando que o sr. se acha aí, longe, bem longe do ambiente corrupto que nos envolve aqui. (CUNHA, 1997, p. 30.)

Parece-nos que o descontentamento com o novo regime começou cedo e afetou em demasia o espírito do homem que desejou e lutou pela República. No poema intitulado D. Quixote, escrito em 1890, pouco depois do 15 de novembro, Euclides deixou transparecer principalmente nas duas últimas estrofes a dor daquele que viu seus ideais se perdendo:

Assim à aldeia volta o da "triste figura"
 Ao tardo caminhar do Rocinante lento:
 No arcaboço dobrado - um grande desalento,
 No entristecido olhar - uns laivos de loucura ...

Sonhos, a glória, o amor, a alcantilada altura
 Do ideal e da Fé, tudo isto num momento
 A rolar, a rolar, num desmoronamento,
 Entre os risos boçais do Bacharel e o Cura.

Mas, certo, ó D. Quixote, ainda foi clemente
 Contigo a sorte, ao pôr nesse teu cérebro oco
 O brilho da Ilusão do espírito doente;

Porque há cousa pior: é o ir-se a pouco e pouco
 Perdendo, qual perdeste, um ideal ardente
 E ardentes ilusões - e não se ficar louco! (CUNHA,1966d, v. 1, p. 651)

Segundo Abreu (1998) parte do desgosto de Euclides da Cunha com o novo regime foi porque: "muitos elementos das antigas elites reconverteram seu capital e, em pouco tempo, detiveram novamente cargos e privilégios compondo com os que ascenderam no novo regime político" (p.94)

Para o homem que acreditava ser o mérito a forma mais justa de ascender socialmente, a "República possível" em substituição a "República idealizada" tinha o gosto amargo da traição dos ideais.

Em correspondência ao poeta e prosador Lúcio de Mendonça (1854 -1909), com data de 1904, Euclides deixou expresso esse sentimento em relação ao mérito, no momento que lhe foi oferecida, pelo então Presidente da República Marechal Floriano Peixoto, a oportunidade de escolher um cargo.

Aqui tenho um convite que leio hoje com tristeza e que na ocasião recebi com indiferença. "29 de janeiro de 1893. Euclides - o marechal precisa falar-lhe hoje. Pinto Peixoto."

Lá fui constrangido na minha farda de 2º. tenente e atrapalhado com a espada. Encontrei o homem na sala de jantar, à vontade, e em um de seus dias de expansão.

[...] E o grande dominador abriu-me a apertadíssima pasta da sua intimidade: Veio em ar de guerra ... não precisava fardar-se. Vocês aqui entram como amigos e nunca como soldados .

Decorei textualmente.

[...] O grande doador de posições, referindo-se à minha recente formatura e ao meu entusiasmo pela República, declarou-me que tendo eu direito a escolher por mim mesmo uma posição, não se julgava competente para indicá-la...

Que perspectiva! Basta dizer-lhe que estávamos em pleno despencar dos governadores estaduais!...

E eu (nesta época sob domínio cativante de Augusto Comte, e que isto vá como recurso absolutório) - declarei-me ingenuamente que desejava o que previa a lei para os engenheiros recém-formados: um ano de prática na E.F.C. do Brasil!

Não lhe conto o resto. Quando me despedi pareceu-me que no olhar mortiço do interlocutor estava escrito: nada vales.

E tive ainda a inexplicável satisfação de descer orgulhosamente as escadas do Itamarati, atravessar alegremente o saguão, embaixo, e sair agitando não sei quantos sonhos de futuro... um futuro que desastrosamente eu tinha destruído. (CUNHA, 1997, p. 194)

Observando as linhas finais da correspondência percebemos que o remetente já iniciara uma revisão de suas posições, talvez por perceber que a República tão esperada por ele e outros entusiastas não poderia corresponder ao ideário desejado.

Reportando-nos ao episódio da Escola Politécnica de São Paulo, onde Euclides da Cunha tentou ser professor e não conseguiu, tivemos aí um exemplo claro de como se deu a distribuição de cargos e favores em substituição ao mérito.

No caso particular de Euclides, a forma com que o diretor e o programa da Escola Politécnica foram tratados no artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo* fez com que o jovem engenheiro se tornasse *persona non grata* à direção da Escola, deixando de ser analisada a sua competência em detrimento de suas concepções políticas. Embora o próprio Euclides também tenha se utilizado do antigo expediente de pedir ajuda a amigos que tinham influência junto aos membros da Politécnica para indicação de seu nome ao cargo de professor.

O jogo de poder também foi fundamental para a aceitação da implantação do projeto da Escola Politécnica pelo Congresso Legislativo do Estado de São Paulo, pois seu fundador e primeiro diretor segundo Santana (2001): "O engenheiro Paula Souza

nasceu em Itu (Estado de São Paulo), descendente de família de grande influência política e econômica... (p. 54)

Lembrando que a maioria das famílias influentes da cidade de Itu eram ligadas ao movimento republicano e tiveram importante participação na implantação do novo regime.

Esses são alguns poucos exemplos que utilizamos para mostrar que a República idealizada não conseguiu mudar procedimentos tão antigos entre nós e apenas para ilustrar, o próprio Euclides sentiu o benefício do poder de escolha do governo federal na ocasião do concurso do Colégio Pedro II, quando concorreu ao cargo de professor já mencionado nesse trabalho. Entretanto ele sentiu o prazer do reconhecimento do seu talento e mérito quando eleito em setembro de 1903 para a Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira de número 7.

Como podemos observar Euclides da Cunha e seus contemporâneos viveram as contradições da sociedade da Primeira República, que passou a adotar procedimentos condenados e identificados até então como sendo de uma sociedade considerada fossilizada, a imperial.

Num panorama que parecia apontar para uma grande ruptura, o que se deu foi a continuidade, já que a mudança do regime político deu-se como consequência da alteração do sistema social e econômico - ou seja, o avanço do modo de produção capitalista - e não o contrário. Na realidade não foi o povo quem "assistiu a tudo bestializado", como afirmou Aristides Lobo; "bestializados" ficaram os líderes republicanos ao verem frustrados os seus planos de instaurar uma nova ordem social, sob

um viés positivista e liberal, pois a oligarquia rural não apenas conseguiu se manter no poder, como adaptou as estruturas jurídico-institucionais do novo regime às suas próprias necessidades, criando a política dos governadores, associada ao "voto de cabresto" e à manutenção dos "currais eleitorais" por parte dos coronéis mais influentes.

O discurso do ideário republicano não era tão novo como desejavam seus propagandistas. A defesa da educação, por exemplo, aparece freqüentemente em diferentes momentos no período imperial, como pode ser observado em várias *Falas do trono*, como a de 3 de maio de 1888, onde segundo a Princesa Isabel:

Reorganizar o ensino nos seus diversos graus e ramos, difundindo os conhecimentos mais úteis à vida prática e preparando com estudos sérios e bem dirigidos os aspirantes a carreiras que demandam superior cultura intelectual, é assunto que muito se recomenda à vossa patriótica solicitude. (Falas...,1977, p.504)

Apesar das freqüentes referências a educação que tanto D. Pedro II, como a Princesa Isabel faziam nas *Falas do trono*, tratava-se de uma preocupação com a preparação dos jovens oriundos das classes dominantes e que seguiriam carreiras de maior prestígio social como as de médico e advogado e quase nunca com os filhos das classes populares. A educação elementar e o acesso das classes subalternas a ela não era a preocupação da elite brasileira. Entretanto, falar em educação associada ao progresso da nação parece-nos que era um exercício elegante.

A idéia de modernização da sociedade através da construção de estradas de ferro como caminho adotado para expandir as forças produtivas do país, também figurava nos discursos do Parlamento, como na resposta à *Fala do trono* em 24 de fevereiro de 1877: "A continuação das obras das estradas de ferro D. Pedro II, Bahia e Pernambuco, e

a construção da de S. Pedro do Rio Grande do Sul, prestes a ser iniciada, muito deve influir na expansão das forças produtivas do país" (FALAS..., 1977, p. 440)

Como vimos, muito se falou em progresso da nação, em educação como elemento civilizador, porém pouco foi realizado. Apesar dos discursos no Império e principalmente na República, a educação não era para todos.

Impossível pensar em construção de uma nação sem atender as necessidades de sua base humana. Como uma sociedade pode tornar-se "civilizada" sem oferecer educação elementar a toda população, negando ou proibindo suas expressões culturais?

A República chegou com o ideário de liberdade e igualdade, mas em muitos momentos tornou-se mais conservadora e rígida que o próprio Império.

Em nome da civilidade, do progresso e da modernização expulsou, das regiões centrais da capital federal, a população pobre, empurrando-a para os morros, como já afirmamos, impôs-lhe a ditadura da ciência através da vacina obrigatória, impediu suas manifestações culturais e religiosas. No nordeste do país exterminou com uma população que negava a ordem estabelecida: Canudos.

Identificada como sendo um foco de resistência monarquista, a população de Canudos, na verdade, inseria-se dentro de um contexto ao mesmo tempo diverso e mais antigo: "[...] tão alheios ao projeto de modernidade das elites dirigentes do sul do país, também nesse caso, estava representada uma monarquia mítica e idealizada, que nada tinha a ver com a dinastia exilada dos Bragança." (SCHWARCZ, 1999, p. 501)

Esses foram alguns dos caminhos escolhidos pelo regime republicano e que levaram Euclides a desencantar-se, juntamente com outros entusiastas do regime.

Acreditamos que existe o projeto de construção da nação republicana para Euclides da Cunha, ainda que não tenha sido formulado de maneira sistemática, sendo possível enxergá-lo delineado no conjunto de sua obra, com uma certa continuidade. Segundo nossa pesquisa nos apontou, este projeto concentrava-se em dois pontos importantes: a integração da população através da educação e a construção de obras que levassem o progresso e a modernização a todas as regiões do interior do país.

O projeto ficou registrado em artigos produzidos para jornais, relatórios de trabalho e textos literários e deveria ser colocado em prática, segundo seu autor, através de ações governamentais eficientes e desejadas pela camada dirigente.

No sentido de ampliarmos o leque de possibilidades de discussão sobre o tema poderíamos concluir o nosso raciocínio demonstrando que havia numa mesma geração de intelectuais alguns que se identificavam com a proposta republicana, como Euclides da Cunha, e outros que tinham repulsa à mesma, como Lima Barreto, mas que, no decorrer do processo de implantação e sedimentação do regime republicano acabaram chegando a conclusões bastante próximas.

Euclides partiu de uma atitude francamente favorável ao novo regime (até porque veio da Escola Militar, reduto do abolicionismo e republicanismo) para no decorrer de sua produção desencantar-se. Lima Barreto, neto de escravos libertos, identificava a Monarquia com os ideais de liberdade e neste sentido nunca deixou de tecer críticas, bastante ácidas, ao regime instaurado por Deodoro.

Segundo vários autores, entre eles Schwarcz, havia uma grande identificação do regime imperial com a cultura popular, a qual estava muito presente e próxima ao

poder, ao redor e mesmo dentro do próprio paço imperial. A República, ao contrário, segrega a cultura popular e elitiza o centro das decisões administrativas, instalando o Presidente no Palácio do Catete, relativamente afastado do velho centro da cidade do Rio de Janeiro, o qual, como dissemos, foi "regenerado".

Tanto Euclides como Lima Barreto, portanto, tinham a dizer contra a República, da sua excessiva centralização administrativa, da falta de permeabilidade à cultura popular e do isolamento social a que foram condenados determinados segmentos da população.

Como temos afirmado Euclides da Cunha não construiu de forma sistemática, coerente e organizada nenhum projeto de construção da nação republicana. O projeto de Euclides, depreendido da sua obra, identificava-se com o ideal da integração nacional e da consolidação da civilidade, a qual se daria pela via da educação e da construção da base física da nação.

Diferentemente do que ocorreu na época imperial, e mesmo na República Velha, a escolarização deveria ser estendida a toda a população, pois para os homens desse tempo, como Euclides e o Marechal Rondon, a educação é que prepararia a população para a superação do atraso em que se encontrava o país e superação da desigualdade social reinante.

A falta de vontade política dos governantes, devida à tomada do poder pelas oligarquias rurais, que não olhavam para a grande massa da população, foi mais um ingrediente na composição do desencanto com o jovem regime, melhor dizendo: com os homens que estavam à frente do jovem regime. Porém é importante evidenciar que

Euclides da Cunha não teve tempo de reavaliar seus conceitos e seus posicionamentos políticos, morrendo precocemente, aos 43 anos de idade, no auge de sua produção intelectual e num momento em que essas questões estavam sem solução, ao menos para ele.

REFERÊNCIAS

Fonte manuscrita

Fé de ofício de Euclides da Cunha. Rio de Janeiro, Arquivo do Exército.

Fontes impressas

Bibliografia de Euclides da Cunha

CUNHA, Euclides da. Atos e palavras. In: COUTINHO, A. (org.). **Euclides da Cunha: obra completa.** Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966a, v.1, p. 549 - 560.

_____. Canudos: Diário de uma expedição. In: COUTINHO, A. (org.). **Euclides da Cunha: obra completa.** Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966b, v.2, p. 493 - 572.

_____. Contrastes e confrontos. In: COUTINHO, A. (org.). **Euclides da Cunha: obra completa.** Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966c, v.1, p. 103 – 219.

_____. Correspondência. In: GALVÃO, W. N.; GALOTTI, O. **Correspondência de Euclides da Cunha.** São Paulo: Edusp, 1997.

_____. D. Quixote. In: COUTINHO, A. (org.). **Euclides da Cunha: obra completa.** Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966d, v.1, p.651.

_____. Dia a dia. In: COUTINHO, A. (org.). **Euclides da Cunha: obra completa.** Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966e, v.1, p.583 - 626.

_____. As ilhas dos Búzios. In: COUTINHO, A. (org.). **Euclides da Cunha: obra completa.** Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966f, v.1, p. 665 – 676.

_____. Instituto Politécnico. In: COUTINHO, A. (org.). **Euclides da Cunha**: obra completa. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966g, v.1, p. 387 - 393.

_____. A margem da história. In: COUTINHO, A. (org.). **Euclides da Cunha**: obra completa. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966h, v.1, p. 223 – 383.

_____. A nossa Vendéia. In: COUTINHO, A. (org.). **Euclides da Cunha**: obra completa. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966i, v., p. 575 - 582.

_____. Olhemos para os sertões. In: COUTINHO, A. (org.). **Euclides da Cunha**: obra completa. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966j, v.1, p. 496-504.

_____. Programa de “O proletário” e Mensagem aos trabalhadores. In: COUTINHO, A. (org.). **Euclides da Cunha**: obra completa. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966l, v.1, p. 528-529.

_____. Questões Sociais. In: COUTINHO, A. (org.). **Euclides da Cunha**: obra completa. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966m, v.1, p. 545 - 548.

_____. **Os sertões**. 27 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1968.

Bibliografia sobre Euclides da Cunha

ABREU, Karla. **Euclides da Cunha e a utopia republicana**. Gazeta do Rio Pardo, São José do Rio Pardo, 7 ago. 1999. Suplemento Euclidiano, p. A-17.

ABREU, Regina. **O enigma de Os sertões**. Rio de Janeiro: Funarte, Rocco, 1998.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. Cem anos de violência na literatura e na realidade social brasileira. **Revista do livro**: Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, ano 14, n. 46, p. 63-70, dez. 2002.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **Saco de gatos**. São Paulo: Duas Cidades, 1976.

_____. **Gatos de outros sacos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. (Org.). **Euclides da Cunha**. História. São Paulo: Ática, 1984.

GICOVATE, Moisés. **Euclides da Cunha**: Uma vida gloriosa. 3. ed. São Paulo: MG Editores Associados, 1979.

HISTÓRIA, CIÊNCIAS, SAÚDE - MANGUINHOS. **Brasil ser tão Canudos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 5, jul. 1997, Suplemento.

PAULA, Everton de. **Canudos**: Por que não enviaram mestres-escola em lugar de fuzis? 2000, 112 p. Dissertação (Mestrado em Ciências e Práticas Educativas), Universidade de Franca, Franca/SP.

SANTANA, José Carlos Barreto de. **Ciência e Arte**: Euclides da Cunha e as ciências naturais. São Paulo: Hucitec – Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. Revisão de Euclides da Cunha. In: COUTINHO, A. (org.). **Euclides da Cunha**: obra completa . Rio de Janeiro: Aguilar, 1966, v.2, p. 11-55.

VENTURA, Roberto. Euclides da Cunha e a república. **Estudos Avançados**. Instituto de Estudos Avançados, São Paulo: USP, v. 10, n. 26, p. 275 – 291, jan/abr. 1996.

_____. Canudos como cidade iletrada: Euclides da Cunha na *urbs* monstruosa. **Revista de Antropologia**. São Paulo, v. 40, n. 1, p. 165 – 181, 1997.

_____. O remorso de Euclides. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 21 de setembro de 1997. Caderno Mais, p. 8.

_____. **Retrato interrompido da vida de Euclides da Cunha**. (Org.) CARVALHO, M. C.; SANTANA, J.C.B.de. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

ZILLY, Bertold. Uma epopéia nacional na era do imperialismo: luz e trevas nos sertões de Euclides da Cunha (1866-1909). **Revista do livro**: Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, ano 14, n. 46, p. 41-61, dez. 2002.

Bibliografia de História da Educação

CARTOLANO, Maria Teresa Penteadó. **Benjamin Constant e a instrução pública no início da República**. 1994. 201 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas/SP.

GOMES, Marco Antonio de Oliveira. **Vozes em defesa da ordem: o debate entre o público e o privado na educação (1945 - 1968)**. 2001. 205 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas/SP.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. (org.). **500 Anos de Educação no Brasil. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.**

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 17. ed., Campinas: Autores Associados, 2001.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

SANFELICE, José Luiz. Crise, que crise? **Educação e Liberdade**. Campinas, n.2, ano I, 1996.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. (org.). **História da Educação: a escola no Brasil**. São Paulo: Editora FTD, 1994.

_____. **A educação na sociedade brasileira: um exame das concepções e das práticas educacionais na produção literária nacional (1840-1920)**, 2002, 175 p. Tese (Livre-docência em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas/ SP.

Bibliografia geral

ABRÃO, Bernadette Siqueira. **História da filosofia**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os Pensadores)

BARRETO, Afonso Henriques de Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Martin Claret, 1999.

BELLO, José Maria. **História da república**. São Paulo: Nacional, 1969.

CARONE, Edgar. **A República velha** - Instituições e classes sociais. 4. ed. São Paulo, Difel, 1978 p.

CHALHOUB, Sidney. Classes perigosas. **Trabalhadores** - Publicação da Associação Cultural do Arquivo Edgard Luenroth. Campinas, n. 6, p. 2 – 22, 1990.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues da. **A utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré**. 2001. 348 p. Tese (Doutorado em sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas S/P.

FALAS do trono desde 1823 até o ano de 1889. Brasília, D.F.: INL/MEC, 1977.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro: História de uma ideologia**. São Paulo: Pioneira Editora, 1983.

MACHADO, Marcello de Barros Tomé. A produção do espaço turístico do Rio de Janeiro na modernidade. **Revista geo-paisagem** (on line), v.1, n.1, jan/jun 2002. Disponível em : <http://www.feth.ggj.br/revista.htm> Acesso em: 23 nov. 2003.

MENDES JR., Antonio; MARANHÃO, Ricardo. **República Velha**. 3. ed., São Paulo: Brasiliense, 1983. (Brasil História, v.3).

MOTTA, Jehovah. **Formação do oficial do exército: Currículos e regimes na Academia Militar 1810 – 1944**. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira de Artes Gráficas, 1976.

PRADO, Antonio Armoni, **Lima Barreto**. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.pro.br/limabarreto.htm>> Acesso em: 30 nov. 2003.

PRADA, Cecília. O juízo implacável do futuro. **Revista do livro**: Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, ano 14, n. 46, p. 71-78, dez. 2002.

RIBEIRO, Renato Janine. **A etiqueta no antigo regime**: do sangue à doce vida. São Paulo, Brasiliense, 1983. (Tudo é história, 69).

SAES, Décio. **A formação do Estado burguês no Brasil (1888 – 1891)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo, Companhia das letras, 2. ed. 1999.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina**: Mentis insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Brasiliense, 1984.(Tudo é história, 89)

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2. ed., 1968.

Anexo 1

Certidão de assentamento do soldado Euclides Rodrigues da Cunha

Francisco de Paiva Azevedo, Bacharel em Matemática e Ciências Físicas, Tenente Coronel do Corpo de Estado Maior de Primeira Classe e Comandante do de alunos.

Certifico que a praça abaixo declarada tem no arquivo deste corpo os assentamentos do teor seguinte.

Primeira Companhia. Soldado número cento e oitenta e oito, Euclides Rodrigues da Cunha, filho de Manoel Rodrigues Pimenta da Cunha, nasceu em mil oitocentos e sessenta e seis, natural do Rio de Janeiro, cor morena, cabelos castanhos lisos, olhos castanhos, sem ofício, solteiro e com um metro e sessenta e cinco centímetros de altura. = 1886 = Tendo sido julgado apto para o serviço do exército em inspeção de saúde, a que foi submetido, assentou praça voluntariamente e jurou bandeira em corpo de alunos a vinte e seis de fevereiro e na mesma data foi matriculado nas aulas de primeiro ano do curso superior, conforme determinou o Comando da mesma Escola em sua ordem do dia número vinte e seis, ainda de vinte e seis; pelo que foi incluído no estado efetivo da segunda Companhia com o número trezentos e oito. Baixou à enfermaria a três de novembro e teve alta a seis do mesmo mês. = 1887 = A ordem do dia do Comando da Escola número um, de três de janeiro, fez público ter sido aprovado plenamente com grau oito na primeira cadeira, com grau nove na segunda, com grau sete em desenho e com grau oito em exercícios práticos, tudo do primeiro ano do Curso Superior, tendo concluído o curso de infantaria e cavalaria, pelo artigo doze do Exército número oito mil, duzentos e cinco de trinta de julho, de mil, oitocentos e oitenta e um. Outra ordem

do dia do mesmo Comando número três, de cinco, fez público ter entrado na mesma data no gozo de dois meses de licença sem vencimentos, por portaria do Ministério da Guerra de quatro, tudo do referido mês de janeiro, lhe foi concedida para tratar de negócio de seu interesse na Província do Rio de Janeiro. Foi mandado considerar matriculado nas aulas do segundo ano do curso superior, a primeiro de março, como fez público a ordem do dia regimental número dez, com referência à do Comando da Escola número dezesseis, ambas do mencionado dia primeiro. A treze do citado mês, apresentou-se da licença em cujo gozo se achava, como fez público a ordem do dia do comando da Escola número dezoito de quatro também de março. Baixou à enfermaria a trinta e um de maio e teve alta a dois de junho; baixou novamente a sete e teve alta a nove tudo de julho; baixou novamente a trinta e um de agosto e teve alta a primeiro de setembro. O ministério em portaria de trinta e um de dezembro concedeu-lhe sessenta dias de licença para tratar de sua saúde onde lhe convier. = 1888 = Entrou no gozo da referida licença a quatro de janeiro, como fizeram público as ordens do dia do Comando da Escola número dois e regimental, número setenta e oito, ambas deste mesmo dia. Outra ordem do dia do Comando da Escola número treze, a que se refere a regimental número noventa e um, ambas de vinte e cinco do citado mês, fez público ter sido aprovado plenamente com grau oito na primeira cadeira, com grau sete na segunda cadeira e em desenho, tudo do segundo ano do curso superior. A primeiro de março foi mandado considerar matriculado no terceiro ano do curso superior, como fizeram público as ordens do dia do Comando da Escola número trinta e seis e regimental número cento e quatorze, ambas daquela data. A dois também de março, apresentou-se da licença em cujo gozo se

achava, como fizeram público as ordens do dia do Comando da Escola número trinta e sete e regimental número cento e quinze, ambas do mesmo dia dois. Pela ordem do dia regimental número dois de cinco de junho; foi na mesma data transferido para a primeira Companhia, sendo incluído na mesma data onde tomou o número cento e oitenta e oito. Baixou à enfermaria a dezoito e teve alta a vinte, tudo de julho. Pela ordem do dia regimental número onze, de vinte e sete de setembro, foi nomeado sargento de sua Companhia como propôs o respectivo comandante. Baixou à enfermaria a quatro de novembro. Por ordem do Ministro da Guerra e para ser observado, baixou ao hospital Central no referido dia quatro de novembro. Em obediência à ordem do dia do Comandante da Escola, número oitenta e três de treze de dezembro foi na mesma data desligado deste corpo e mandado apresentar do Hospital Central onde se achava à Repartição do Ajudante General, por haver do Ministério da Guerra em portaria de onze do mesmo mês mandado trancar-lhe a matrícula com que freqüentava esta escola, nos termos do final do artigo cento e quarenta e três do regulamento de dezessete de janeiro de mil, oitocentos e setenta e quatro, o que tudo fez público a ordem do dia regimental número cinquenta e dois do referido dia treze de dezembro. Nada mais consta no arquivo deste corpo, relativamente a dita praça, pelo que mandei passar a presente, que vai por mim assinada e selada com o sinete do corpo. Quartel na Praia Vermelha em vinte e nove de setembro de mil, oitocentos e noventa e dois. E eu, o alferes João (?) Rodrigues, secretário, a subscreve.

Francisco Paiva Azevedo

T. Cel.

Anexo 2

141
6

142
1

G. do Estado mais

Partida de assentam
do Soldado Euclides Rodrig
da Cunha

III - 6 - 102

141
142

Francisco de Souza Aguiar
do Bacharel em Mathe-
matica e Sciencias Phy-
sicas, Tenente Coronel
do Corpo de Estado-Ma-
ior de Simoes, Classe
Comandante de de-
alumnos.

Certifico qu'a praca abaixo
declaraada tem no archivo deste cor-
po os assentamentos do tempo seguinte.

Soldado Simoes Companhia
Numero cento e oitenta e oito, Ten-
ente Rodrigues, da Cunha, ju-
dez Manoel Rodrigues Simoes, da
Cunha, nasceu em mil oitenta
e sessenta e seis, natural de
de Janeiro, cor morena, cabellos ca-
stanhos lisos, olhos castanhos, sem
officio, solteiro, e com um metro
de sessenta e cinco, e um metro de
altura. = 1886 = Sendo sich julga
do apto para o servico do Exercito
em inspecção de saude, a que foi
submettido, apresentou praca volun-
tariamente e jurou baticão no
corpo de alumnos, a vinte e seis
de Fevereiro da mesma data,
foi matriculado nas aulas si-

1886:

ano de 1886.

fev: 26 de 1886.

primeiro anno do curso superior,
 conforme ditum no Commando
 da mesma Escola em sua ordem
 do dia numero vinte e seis, ainda
 de vinte e seis, pelo que foi incluí-
 do no estatuto effectivo da sequencia
 Comprehensiva, com o numero trezen-
 tos e oito. Foi auctorizada a infirmação
 a trez de Novembro e teve a
 sua data do mesmo mes = 1887 = 1.
 do dia do Commando da Escola
 numero um, de trez de Janeiro, em
 publico ter sido approvado plena-
 mente, com grau oito na primeira
 e na segunda, com grau nove na
 segunda, com grau sete em de-
 Junho, e com grau oito em exer-
 cicios practicos, tudo do primeiro
 anno do curso superior, tendo con-
 cluido o curso de infantaria e ca-
 valleria, pelo artigo doze do Estatuto
 do numero oito mil e quinhentos
 cinco de vinte de Junho, de mil
 oitocentos e oitenta e um. Outrossim
 ordem do dia do mesmo Commando
 do numero trez de cinco, fez pu-
 blico ter entrado na mesma data
 no gozo de dois meses de Licen-
 ca, sem vencimentos, por Portaria
 do Ministerio da Guerra
 de quatro, tudo do referido mes
 de Janeiro, que foi concedida
 para tratar de negocio de

Codeo
 308
 -
 6 Nov
 ante
 -
 em 1887
 novada

relatou a
 historia e
 caloria

jan 1887
 mes 2 meses

interesse na Provincia do Rio de Janeiro. Foi mandado, com as devidas matriculas, nas aulas do segundo anno do curso superior, a principio de Maio, como fez publico a ordem do dia regimantal numero dez, com effluencia a do Commando da Escola numero de sessis, ambas do mencionado dia primeiro. A' vez do citado meo apresentou-se da licenca em cujo gozo se achava, como fez publico a ordem do dia do Commando da Escola numero deois de quatro tambem de Maio. Baixou a supermaria, a vinte e um de Maio e teve alta a dois de Junho; baixou novamente a sete e teve alta a nove tudo de Junho; Baixou novamente a trinta e um de Agosto e teve alta a primeiro de Setembro. O mesmo Meo em Portauia, de trinta e um de Setembro, concedeu-lhe sessenta dias de licenca, para tratar de sua saude vide the. Com. ris. = 1888 = Entrou no gozo da referida licenca, a quatro de Janeiro, como fizera publico a ordem do dia do Commando da Escola numero deois e regimantal, numero setenta e oito, ambas deste mesmo dia. Outra ordem

mar 1877
Luzes Com. ris. a.

mai - 2 jun
nte

3 jul. - decrite

- 1 set. - decrite

1. 1888:
sa 60 d³

do dia do Commando da Escola
 numero treze, a que se refere a
 regimental numero noventa e
 um, ambas de vinte e cinco de
 cidade me, foi publico te. sido
 approvado. Pela primeira comman-
 do. na primeira cadencia, com
 gran parte na segunda cadencia
 de em desento, sendo do segundo
 anno do curso superior. O pri-
 meiro de Marco foi mantido
 consideravel matriculado matu-
 ceiro, anno do curso superior,
 como fuzilante publico, em ordem
 do dia do Commando da Escola
 numero trinta e seis e regimental
 tal numero cento e quatorze,
 ambas daquelle data. O dois
 tambem de Marco, apresentam
 se da licenca em effo, caso in-
 achava, como fuzilante publico
 as ordens do dia do Commando
 da Escola, numero trinta e sete
 e regimental numero cento e
 quinze, ambas do mesmo dia
 dois. Pela ordem do dia regi-
 mental numero dois de cinco
 de junho, foi na mesma data
 transferido para a primeira
 Companhia, sendo incluido, na
 mesma data, onde tomou o numero
 cento e oitenta e oito. Baison a
 enfermaria, a desoitto e teve alla

mar. 1888:
 inform. l. 1.º

an. 1888:
 Companhia:
 188

20 jul.
 mte

27 out 1888:
sargento de 1.ª

11 nov.
Enfermeiro
Hospital Central
[p. 1.ª e a 2.ª]

13 dez. Desligado

a vinte e sete de julho. Pela ordem do dia regimental Expresso nº 107, de vinte e sete de Setembro, foi nomeado sargento de 1.ª de sua Companhia, como propoz o respectivo Comandante. Baixou a 11 de novembro a quatro de Novembro. Por ordem do Ministério da Guerra e para ser observado, baixou do Hospital Central no referido dia 11 de Novembro. Em obediência a ordem do dia do Comandante da Escola, numero 107, de 13 de Setembro, foi na mesma data desligado deste corpo e mandado apresentar do Hospital Central onde se achava a Repartição do Ajudante General, por haver o Ministério da Guerra Portaria de 07 de mesmo mez, mandado trancar, he a matricula com que frequentava esta Escola, n.º 107, do final do artigo cento e quarenta e tres do regulamento de deserte de Janeiro, de mil oitocentos e setenta e quatro, o que tu de fey publica e ordenado do dita regimental numero cinquenta e dois do referido dia treze de Setembro. Nada mais consta no archivo deste corpo, relativamente a dita praça, pois que mandei passar a presente, que vai por mim assignada e sellada com o selo do corpo. Quartel na Praia Vermelha

1 set.
192

Ha em vinte e nove de Setembro
de mil novecentos e noventa e dois
Ceu, o aqum João Maria Ro-
drigues, Secretario a entes...

[Signature]
João Maria Rodrigues

Vertical list of small handwritten marks or characters along the left margin, possibly serving as a ledger or index.